



ATA N.º 21/XII-2º/2017-18

1 - Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, pelas 21H15, nas instalações no Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro, sito na Rua Professor Ruy Luís Gomes no Laranjeiro, realizou-se a terceira Reunião da Sessão Ordinária de novembro de 2018 da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período da Ordem do Dia

(Continuação da agenda)

- 3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Atualização da Tabela de Preços do Município de Almada para 2019”;
- 3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos para o ano 2019”;
- 3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2019”;
- 3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Taxa pela Emissão do Certificado de Registo – fixação da componente municipal – ano 2019”;
- 3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao Mapa de Pessoal de 2018”;
- 3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e orçamento para 2019 e Mapa de Pessoal do Município de Almada”;
- 3.12 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e orçamento dos SMAS para 2019 e Mapa de Pessoal dos SMAS para 2019”;
- 3.13 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Retificação ao Regulamento Municipal de Utilização e Funcionamento das Instalações Desportivas Municipais do Concelho de Almada”;
- 3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Revogação do Plano Parcial de Almada”;
- 3.15 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Acordo de Execução e de Delegação de Competências com Junta de Freguesia da Costa da Caparica”;
- 3.16 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Acordo de Execução e de Delegação de Competências com União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda”;
- 3.17 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Minuta do Contrato Administrativo de delegação de competências dos municípios que integram a Área Metropolitana de Lisboa, no domínio dos transportes”;
- 3.18 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Minuta do Contrato Interadministrativo de delegação de competências dos municípios que integram a Área Metropolitana de Lisboa, no domínio da distribuição de eletricidade em baixa tensão”;
- 3.19 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ARU do Pragal”;
- 3.20 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ARU de Cacilhas”;
- 3.21 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Dinamização das Áreas Urbanas Consolidadas. Relatório de Monitorização da ARU do Monte de Caparica”;
- 3.22 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Dinamização das Áreas Urbanas Consolidadas. Relatório de Monitorização da ARU da Sobreda”;



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- 3.23 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Almada”.
- 3.24 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Celebração de contrato-programa com a AGENEAL para o desenvolvimento de atividades de melhoria da eficiência energética e descarbonização de Almada em 2018”;
- 3.25 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao Contrato Programa celebrado entre o Município e a ECALMA”;
- 3.26 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Minuta de Contrato-Programa para o período 2018-2019 entre o Município de Almada e a Nova Almada Velha – Agência de Desenvolvimento Local”;
- 3.27 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos júris para procedimento concursal tendente ao recrutamento de CDGAU1, CDGAU2, CDGAU3 e CDGAU4 (Cargos de Direção Intermédia de 2º grau)”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Marina Alexandra Pereira Lopes; Inês Pezarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; José Ricardo Dias Martins; Luís Filipe Almeida Palma e José Gabriel Guiomar Joaquim.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – Do Senhor Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais Vítor Castanheira (PS), Bruno Dias (CDU), Elisabete Pereira (CDU), Ana Luísa Rodrigues (CDU) e de Manuel Braga (BE) solicitando a substituição no dia 30 de novembro.

4.2- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse Mara Rita Silva Martins (CDU), António José Olaio da Silva (CDU), por impedimento dos/as candidatos/as, Jorge Miguel Oliveira Feliciano, Mário José de Sousa Pedroso e Andreia Sofia Fernandes Egas nos dias 28, 29 e 30 de novembro e António Abrantes Almeida (CDU) por impedimento dos candidatos José Augusto Tavares de Oliveira e Joana Tavares Reis Raposo. Tomaram também posse Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS) e Sónia Raquel Mota Faria (PSD). Tomou posse, ainda o eleito Pedro Miguel Celestino Pereira (BE) por impedimento da eleita Fátima Maria Marras.

4.3 - A Senhora Presidente de Junta da União de Freguesias Caparica Trafaria Teresa Coelho (CDU) solicitou a sua substituição pelo eleito Senhor António Joaquim Oliveira (CDU) e o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias Charneca de Caparica Sobreda Pedro Matias (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Senhor Miguel Lourenço (PS).

4.4 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta do Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE).



4.5 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Rui Jorge Martins em substituição do Senhor Vereador José Gonçalves por motivos de ordem profissional e do Senhor Vereador Tiago Galveias em substituição da Senhora Vereadora Amélia Pardal por motivos profissionais, e também a presença da Senhora Vereadora Lina Gonzalez em substituição do Senhor Vereador Nuno Matias, por se encontrar fora do país por motivos pessoais. Foi ainda assinalada a comunicação do Senhor Vereador António Matos da impossibilidade de estar presente por motivos pessoais, assim como da candidata Ana Cláudia Alves Dias comunicando a impossibilidade de estar presente por motivos de ordem profissional.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes:

“Senhora Presidente; Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

Referir que as reuniões da Assembleia Municipal são reuniões públicas. E, sendo reuniões públicas, são também transmitidas em *streaming*. Nós temos repórteres de imagem que permitem a transmissão em *streaming* da reunião. E, portanto, a imagem e a identificação dos cidadãos que intervêm na Assembleia Municipal passam a ser de conhecimento público. Por isso, se os/as senhores/as múncipes que pediram a palavra tiverem problemas que pretendam apresentar, mas não queiram que a sua imagem seja revelada através destes meios, podem fazê-lo da seguinte maneira: ou podem colocar a questão por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia, que dará sequência à questão, ou podem pedir uma audiência ao Presidente da Assembleia, que terá todo o gosto de receber os múncipes que não queiram expor a sua situação de forma pública

5.2 – Usaram da palavra os Senhores Múncipes Maria Felismina B. Ferreira, Maria Leonor A Guia Parreira da Silva, José Daniel Pimenta Coutinho, Filipe Passos e João Rocha.

5.2.1 – A Senhora Múncipe Maria Felismina B. Ferreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Mais uma vez venho-vos falar da Herdade da Aroeira, e desta vez venho pedir uma reunião urgente à Senhora Presidente da Câmara, devido à seguinte situação: a empresa Silgolf Lda., atual prestadora de serviços na Herdade da Aroeira, dirigiu aos moradores uma carta circular no passado fim de semana, na qual anuncia o fim da sua atividade no primeiro trimestre do próximo ano.

Esta carta foi amplamente divulgada, foi distribuída pelas caixas de correio dos 1700 (mil e setecentos) moradores, foi também entregue à Associação e foi também dirigida, segundo creio, à Câmara Municipal de Almada, diretamente à Senhora Presidente.

Esta notícia precipita os acontecimentos, e obriga a uma tomada de posição por parte da APRHA – Associação de Proprietários e Residentes da Herdade da Aroeira e da Câmara Municipal de Almada, no sentido de ser preparada uma alternativa, que possa responder atempadamente às exigências que se colocam.

Portanto, os Senhores têm ouvido ao longo de vários anos, tudo o que se passa na Herdade e as situações a que se chegaram, e, portanto, é sobre isso, que nós estamos neste momento a querer resolver, e tomar uma posição, porque de facto, esta precipitação dos acontecimentos, assim o obriga.

Neste sentido, na passada segunda-feira dirigimos um email à Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal, solicitando-lhe uma reunião urgente, e até ao momento não recebemos qualquer resposta relativamente a esse agendamento.

Aproveitamos esta oportunidade, para nos dirigirmos à Excelentíssima Senhora Presidente reiterando o nosso pedido para uma reunião, esta reunião no nosso entender já deveria ser, não aquelas reuniões habituais que costumávamos ter, mas uma reunião de trabalho, na medida em que de facto o tempo urge.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Solicitamos o respetivo agendamento tão rápido quanto possível.

É a única questão que eu trago neste momento, na medida em que tudo o resto terá que ser discutido a partir de agora, de forma diferente daquilo que tem sido até agora.”

5.2.2 – A Senhora Múncipe Maria Leonor A. Guia Parreira da Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho aqui trazer uma situação que me ocorreu há relativamente pouco tempo, uma crise de asma provocada por uma descarga de fumo de um autocarro no Centro de Almada. Eu sofro de asma, tenho problemas de alergia, eu resido na rua Dr. Alberto Araújo, próximo da farmácia, há dias que saio de casa e tenho que regressar, porque não consigo andar na rua. A concentração de gases é extremamente elevada no Centro de Almada, os autocarros não sei se é por serem envelhecidos, não há palavras, e só quem sofre dos problemas como eu sofro poderá avaliar. Felizmente que tive o bom senso de regressar de onde tinha saído, do café restaurante onde costumo ir almoçar, do Contestável, não tive tempo sequer de chamar o INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica, porque já não estava em condições disso, e felizmente que um dos donos do restaurante, o Senhor Pedro, fez o favor de chamar o INEM. Fui para o hospital de ambulância, uma situação grave, grave mesmo, por mais poucos minutos, tenho dúvidas se conseguiria estar aqui neste momento, não estaria decerto. E ao ser assistida impecavelmente, quer pelo médico e o enfermeiro do INEM, quer pela equipa que estava a guardar-me, quer pelos serviços, extraordinariamente bem tratada, estive lá umas horas, e eu fiquei horrorizada, é o termo, como é que aquela gente, os técnicos, médicos, enfermeiros e auxiliares, conseguem sobreviver naquele ambiente. Falta de pessoal, excesso de doentes, praticamente estávamos ali em cima uns dos outros, para eu me vestir depois, uma auxiliar teve que vir porque não havia sequer cortinados, aquilo são as camas em cima umas das outras. Aquilo não tem condições mínimas, não há ali dignidade, não há privacidade e eu não tenho pejo em dizer, que de facto, estamos a ser muito maltratados, em Almada, no âmbito da saúde.

No Centro de Saúde do Laranjeiro, onde de facto pertença, acontece a mesma coisa, falta de médicos, eu vou dizer que em Almada, depois de sair, por volta das onze, pedi o livro de reclamações e fui escrever, para que chegasse ao conhecimento ao mais alto nível, do esforço daquelas pessoas, e maneira extraordinária como fui tratada. Portanto, um elogio a quem ali trabalha, com tantas dificuldades, e com uma capacidade humana, meigos, a todos os níveis, todos os setores. Não só de médicos, como de enfermeiros, a falta de pessoal auxiliar é total. No Centro Médico, não sei se a Senhora Presidente de Câmara tem conhecimento e se os Senhores/as Deputados/as Municipais têm conhecimento, no Centro Médico do Laranjeiro, são milhares de pessoas que não têm médico de família. Eu pedi uma consulta porque precisava de fazer exames, tive um mês e tal depois. Como felizmente eu ainda tenho outra alternativa, tenho a ADSE – Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P., claro fui para a Clínica de Almada da CUF – Companhia União Fabril, e foi assim que eu fiz os exames, porque senão não teria condições de andar aqui como ando. Voltei à consulta um mês e tal depois, um mês e tal depois tenho nova consulta para saber do resultado dos exames, se eu não tivesse a alternativa da ADSE, quer dizer que só a 14 ou 16 de dezembro é que teria consulta. É só para perguntar se a Senhora Presidente da Câmara tem feito algumas démarches no sentido de saber quando e como, é que estes problemas na saúde são ultrapassados, em Almada, quer no campo da construção do novo hospital do Seixal, quer no campo do Centro de Saúde do Feijó?”

5.2.3 – O Senhor Múncipe José Daniel Pimenta Coutinho:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Juventude Popular de Almada vem à Assembleia Municipal apresentar um conjunto de considerações e uma proposta concreta para combater o abandono do comércio local, e o isolamento dos idosos.

É conhecido o atual estado de quase extinção do comércio local em Almada, que se reflete nas cerca de duas mil e oitocentas empresas de comércio a grosso e retalho em 2016, e apenas cerca de seis mil e duzentas pessoas empregues na mesma área, no mesmo período. Números estes que se tem acentuado ao longo dos anos.



E como um problema nunca vem só, olhamos também para o atual estado da demografia em Almada. No ano de 2017 o índice de envelhecimento em Almada atinge 150%. Significa isto, que o número de idosos face ao número de jovens, é muito superior, criando uma forte dependência e isolamento dos idosos, e registou-se por exemplo, no ano de 2012, que cerca de 10,8% dos alojamentos de Almada, eram ocupados por apenas uma pessoa idosa sozinha.

E ao olhar para os números, cabe-nos também olhar para a realidade. As ruas de Almada estão, visivelmente, abandonadas. Já não é fácil encontrar um pequeno comerciante com sucesso no Centro de Almada, nestes tempos. E mais do que considerações sobre as eventuais causas do abandono, a Juventude Popular vem apresentar uma solução. Solução esta que abraça duas áreas que, neste momento, são de alta importância.

Apresentamos, portanto, em sede de Assembleia Municipal, o Cartão do Múncipe, cartão este que será disponibilizado em duas modalidades, o “Cartão do Múncipe” e o Cartão do Múncipe +” sendo esta segunda opção para Almadenses, cuja idade seja superior aos 65 anos.

Esta proposta tem como objetivo aproximar os almadenses de Almada, e mitigar o sofrimento da solidão presente naqueles que se vêm todos os dias sozinhos.

Através de um cartão de descontos em lojas de comércio local aderentes e, no caso da modalidade sénior, acrescido de um conjunto de incentivos e apoios ao envelhecimento ativo.

E objetivamente, esta proposta, mais do que aproximar os almadenses de Almada, poderá constituir um meio de poupança para os almadenses, pense-se por exemplo, na poupança que poderá existir aquando a compra de material escolar, ou por exemplo, nas compras mensais de alimentação de uma família. E pense-se também no oposto, o que significaria para os comerciantes locais se esta proposta avançasse?

Bem sabemos que os comerciantes de Almada, são da mais alta qualidade, e esta proposta não os esquece, possuindo o título de loja aderente, o comerciante estará ligado a uma rede de clientes, que certamente fará o seu volume de negócios aumentar, e a sua atividade subsistir.

No que concerne à modalidade sénior, está previsto no documento, descontos e incentivos à utilização de equipamentos e estruturas desportivas bem com incentivos nas visitas e viagens culturais, por exemplo, aquelas promovidas pelas respetivas Juntas de Freguesia.

Gostaríamos, portanto, de entregar nas mãos da Senhora Presidente da Câmara o documento que tem como objetivo principal, aproximar os Almadenses de Almada.

Perante a nossa preocupação com a desertificação acentuada que se observa na generalidade do Centro de Almada, perante a quase extinção do comércio local, e pela promoção do envelhecimento ativo, a Juventude Popular de Almada, apresenta uma solução. Solução esta que esperamos ser acolhida e discutida pelo executivo, tendo em vista estes dois problemas que assolam Almada.

Terminar dizendo que, para a Juventude Popular de Almada é de extrema importância resolver esta eminente questão da extinção do comércio local e aliado a isso, torna-se imperativo ver a questão de a solidão sénior ter um fim.”

5.2.4 – O Senhor Múncipe Filipe Passos:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostaria de dividir a minha intervenção em três momentos, e ser o mais conciso possível. Fazer um pequeno interlúdio, apresentar propostas concretas que gostava que fossem abordadas e pensadas, para o ano seguinte, e terminar com duas questões sobre os pontos de situações do nosso Município.

Mas antes disso, gostava de reiterar a importância da questão que a nossa múnice trouxe sobre o nosso hospital, porque eu próprio este ano tive a infelicidade de estar internado nesse hospital, no serviço de urgência, estive numa cama num corredor, durante quatro dias sem nunca ter sido visto pelo especialista da “maleita” (passe a expressão), que me levou àquele local. É urgente que se pense qual é o prazo da execução do próximo



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

hospital da Margem Sul, e enquanto isso não acontecer, que se faça algo sério e que se pressione o Poder Central para que dignifique os utentes deste hospital.

Quero fazer então o interlúdio. Dizer que a última vez que estive presente na Assembleia Municipal, tirando a de ontem, foi há cerca de um ano, na Costa da Caparica, o Executivo era muito recente, portanto, tomei a bondade de não intervir e não colocar questões porque, primeiro tinha que conhecer a casa, sei que não é fácil passar esta passagem de pasta do anterior Executivo que liderou a Câmara Municipal desde a Revolução de Abril, aproveito para dar os meus parabéns e agradecer todo o trabalho que foi feito nessas décadas, pelo desenvolvimento de Almada, eu não concordo com o Senhor Deputado Municipal do CDS-PP, eu acho que o desenvolvimento foi grande, foi sério e foi o máximo que o Partido Comunista podia ter feito pelo nosso Município. Se no último mandato foi ou não aquilo que se esperava, eu acho que o nosso sistema político já o castigou o suficiente, tendo-lhe tirado então o Poder Local.

Dar então os parabéns ao novo Executivo, dizer que pelo menos foi uma lufada de ar fresco, nota-se vontade, nas várias reuniões que já tive, nomeadamente com o Vice-Presidente das Associações em que faço parte, nota-se vontade, nota-se ambição, e estão neste momento reunidas todas as condições para que Almada entre num projeto e numa rota de desenvolvimento que não é possível e que não foi possível até então. Eu lembro que neste momento temos um Governo do Partido Socialista, eu lembro que o poder executivo da Câmara Municipal é do Partido Socialista, eu lembro que o poder executivo da Câmara Municipal de Lisboa é do Partido Socialista, muitos dirão que isto não tem qualquer influência, mas também muitos saberão e a nossa política diz o mesmo, que, estão reunidos os fatores essenciais para que a Área Metropolitana de Lisboa tenha um desenvolvimento que não teve até agora, e espero com toda a veemência que o Executivo não perca esta oportunidade de desenvolver o nosso Concelho. Dizer também que estou cada vez mais maravilhado com este nosso Poder Local, as intervenções de ontem, e eu não tive a possibilidade de vir na quarta-feira, mas as intervenções de ontem foram incríveis, é incrível ver por exemplo, a nossa Ex Ministra das Finanças, dizer que temos que fazer caminho para diminuir o número de pobres em Portugal, quando nós todos sabemos o caminho que foi feito com as medidas pro-cíclicas naquele tempo, quando teve a tutela do Ministério que mais podia ter combatido a pobreza no nosso país. E o nosso Deputado Municipal da Juventude Socialista, que estava muito intrigado com a abstenção do Bloco de Esquerda, eu devo lembrar e de certeza que já se absteve na nossa Assembleia Municipal, que a abstenção tem um valor político tal e qual como o voto contra ou o voto a favor, eu próprio já me absteve em muitos sítios, e sei o impacto que isso tem e qual é a mensagem que se quer passar. Peço desculpa deste interlúdio, eu não quero criar inimigos, eu sei que todos os Deputados Municipais trabalham com afinco e com dedicação ao nosso Município, não me levem a mal, mas achei muita piada a estas duas intervenções.

Vamos então às propostas concretas que eu gostava de deixar para o ano que vem. Eu, quem não me conhece, eu tenho vinte e quatro anos, sou residente na Freguesia da Caparica, desde os cinco anos, altura em que a minha família se radicou neste Concelho, a urbanização Filipa D'Água que é o local onde eu resido, sofreu uma intervenção no seu parque urbano, que penso que foi uma intervenção que não foi concluída porque nomeadamente o Campo de Futebol está para ter balizas se não me engano há mais de seis anos e a paragem do metro daquela zona continua degradada, continua vandalizada e não existe segurança naquela zona. Deixem-me dizer que Almada continua a ter um recolher obrigatório, não existe um serviço de transporte que permita que os seus cidadãos venham de madrugada para este lado, se estiverem em Lisboa, eu peço que seja feito algo no sentido de, ou reativar uma ligação na Transtejo, ou fazer outro tipo de ligações entre estas duas margens.

Queria perguntar qual é a situação, que o nosso antigo Presidente tentou negociar com os Julgados de Paz do Seixal, para que os municípios de Almada possam levar questões deste território aquele órgão judicial do nosso país.

Perguntar também qual o próximo passo para o quiosque novo na urbanização Filipa D'Água que está colocado, se existe algum concurso, se alguma vez vai abrir ou se vai ser retirado?"

5.2.5 – O Senhor Município João Rocha:



“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Congratulo-me na qualidade de responsável da Quinta da Adegas, há cerca de vinte e oito anos, com o facto de ter sido criada uma divisão para apoio às AUGI,s – Áreas Urbanas de Génese Ilegal. Aguardo a aprovação de um novo regulamento específico para as Augis, que julgamos ser imprescindível para a resolução das AUGI,s sedeadas neste Concelho. Permitindo desta forma a resolução de um problema que se arrasta há mais de cinquenta anos.”

5.3 – Para prestação de esclarecimentos aos Municípes usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS) e a Senhora Presidente da Câmara.

5.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito sucintamente até porque a nossa agenda é muito extensa. Claro, com certeza, vamos agendar a reunião com a APRHA – Associação de Proprietários e Residentes da Herdade da Aroeira, esta semana, aliás como está provado, foi uma semana algo intensa, estamos aqui nesta terceira noite, portanto, essa questão é uma questão de agendamento e de possibilidade de agenda, sobretudo com tempo, para ser uma questão de trabalho. Sei que tem reunido com os serviços técnicos e que tem tido um acompanhamento com vários serviços técnicos da Câmara Municipal, e, portanto, a Câmara Municipal tem estado sempre a acompanhar esta situação.

Relativamente à Senhora Múncipe Maria Leonor Parreira da Silva e já agora também ao Senhor Múncipe Filipe Passos, relativamente à saúde. Sim, é com grande preocupação, e temos pressionado muito, esperamos que em breve se lance a obra do novo Hospital do Seixal, que será essencial para poder desanuviar o nosso Hospital Garcia da Orta, ainda recentemente fizemos um exercício, um exercício muito importante ao nível da Proteção Civil, onde também estavam envolvidos, e ficamos muito preocupados com a capacidade que o Hospital Garcia da Orta tem de acolher feridos graves em caso de uma catástrofe. E, portanto, estamos absolutamente conscientes das necessidades, de reforçar e de insistir, junto do Governo, junto do Ministério da Saúde, para uma resolução rápida, para o lançamento rápido das obras dos Hospital do Seixal, e também de um reforço de pessoal para o nosso ACES Almada Seixal. Quero também dizer que, sim, de facto a questão da poluição é uma questão grave. E essa questão é grave, mesmo para quem não é asmático, e lamento o sucedido. Mas, isso de facto, só se consegue resolver de duas maneiras. Uma é reduzindo o transporte individual, apostando no transporte público, isso por um lado. Por outro lado, também, nos novos contratos de concessão para os transportes públicos, que vão ser lançados pela Área Metropolitana de Lisboa, pela tal empresa metropolitana, há um aspeto importante, que é a renovação em 75% da frota. A nossa frota, a frota dos TST – Transportes Sul do Tejo, a nossa frota de transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa, é indecorosa. E não está em condições de funcionar. E, portanto, um dos pressupostos do novo concurso e para isso é preciso estar preparado financeiramente e é esse também o diálogo que temos tido com o Governo, é que o novo concurso seja feito com o pressuposto da renovação de 75%, da frota no tempo da vigência do contrato, é evidente, mas tem que começar a ser feita de uma maneira ou de outra. E também, no reforço depois do aumento da oferta em 20%.

A poluição combate-se de duas maneiras. Tendo menos carros, que não haja dúvida sobre isso e para isso é preciso haver alternativas e apostar nos transportes públicos ou no transporte alternativo, e ter sobretudo, equipamento e frota em condições. Como sabem, em Lisboa criaram-se inclusivamente proibições para certos veículos com uma idade um bocado vetusta, se fizessemos algo equivalente em Almada, acho que não tínhamos autocarros. Portanto, é melhor não o fazer já, para ver se mesmo assim ainda há autocarros.

Relativamente ao Senhor Múncipe José Daniel Pimenta Coutinho. Diz-me aqui o Senhor Vice-Presidente que tem a área justamente da Economia e do Comércio, que terá todo o gosto em recebê-lo para aprofundarem melhor essa ideia e ver se há alguma viabilidade ou como é que poderia ser. De qualquer forma as novas ideias são sempre bem-vindas.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente ao processo dos Julgados de Paz. Eu terei que me informar junto dos serviços sobre esse processo, não tenho essa informação agora, como sabe é de facto um processo que estava em curso, assim que tiver uma resposta responder-lhe-ei por escrito.”

5.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas porque fui diretamente citado pelo Senhor Município Filipe Passos, e desde logo gostava de lhe dar um cumprimento pela intervenção que aqui fez, porque é sinal que Almada tem jovens que pensam bem civicamente e politicamente, e com capacidade também para ir fazendo a diferença nas suas comunidades, ainda que nós tenhamos pouco tempo neste período que é dedicado à intervenção do público, queria apenas dizer que, eu sei bem o valor político que tem a abstenção, e sabemos o motivo pelo qual o Bloco de Esquerda se absteve ontem aqui. Quis apenas salientar aquilo que me pareceu a mim, que era uma pequena incongruência, face à intervenção que era contra a iniciativa, e que depois resultou numa abstenção. O Bloco de Esquerda costuma ser um partido que nos habituou a identificar as incongruências dos outros partidos, muitas vezes com razão, muitas vezes as do meu próprio partido com razão. E, portanto, não me levarão a mal os Senhores/as Deputados/as Municipais do Bloco de Esquerda, quando nós também somos capazes de identificar as pequenas incongruências que no seu discurso político vão existido, ainda que a espaços.”

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 – Entrou-se no ponto 3.6 da agenda relativo à Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a Atualização da Tabela de Preços do Município de Almada para 2019.

6.1.1 – Para apresentação da proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A proposta que trazemos aqui hoje, é uma proposta relativamente simples, é apenas a atualização de preços conforme previsto no Regulamento de Taxas e Preços do Município e, portanto, nada mais tenho a revelar que não seja uma pequena atualização, aquela que já estava prevista habitualmente,”

6.1.2 – No debate usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU) e a Senhora Presidente da Câmara;

6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós votaremos a favor desta proposta, genericamente é uma proposta equilibrada. Só um pequeno à parte, era bom que este princípio que é utilizado aqui da atualização da tabela e preços que é utilizado neste caso, fosse visto também noutras situações, como por exemplo, os funcionários públicos podiam ter todos os anos uma atualização dos seus salários, tendo em conta a atualização que é feita dos preços. Isso significaria por exemplo, que os 12% que faltam neste momento aos funcionários públicos, não faltariam, bastava-se atualizar de acordo com pelo menos a inflação. Há, no entanto, uma nota que eu gostaria de fazer em relação à proposta. Parece que o entendimento que foi feito na atualização que aqui está feita não está correto, mas ponho à consideração dos Senhores/as Deputados/as Municipais esta questão. Propõe-se uma atualização basicamente de 1,51. Qual é o problema que isto tem? É que se nós vamos ao Regulamento ver, o Regulamento diz-nos que a atualização deve ser feita de acordo com, e é o ponto 3 que diz: será objeto de atualização anual automática por aplicação do Índice de Preços ao Consumidor com exceção de habitação com efeitos a 1 de janeiro de cada ano. Bem, 1 de janeiro de cada ano, do meu ponto de vista e parece-me que era assim que devia de ser, devemos utilizar o último valor da inflação que é conhecido. E o último valor da inflação que é conhecido, é o valor que é divulgado pelo INE – Instituto Nacional de Estatísticas, no dia doze de dezembro, que é referente à inflação anualizada até novembro. Este valor que aparece aqui, acredito que surge apenas porque eram os dados que estavam disponíveis na altura que a proposta foi feita, era uma atualização de 1,51. E é uma variação homóloga, se formos ver como deve ser feito, uma variação homóloga não pode ser o mês de julho comparativamente com o mês de



julho do ano passado, que eu percebo que deve ter sido no momento que a proposta surgiu, se utilizarmos o índice correto que é o valor anualizado, conhecido no início do ano, só o conheceremos no dia doze de dezembro, nessa altura é conhecido, e é nessa altura que se aplica o valor conhecido anualizado. Já é conhecido o valor de outubro, o valor de outubro que nos dá uma inflação, neste caso aqui de, para ter uma ideia, 1,1%, é o valor de outubro. O valor anualizado de outubro. A diferença para um 1,5%, são 0,4%, digamos que temos aqui um agravamento de 28%, não é propriamente um valor desprecioso. Portanto, o que eu ponho à consideração, é que este valor não se apresente já, ele vai sair no dia doze de dezembro, o valor que sair sai o valor anualizado, porque o INE aplica o valor anualizado, o valor em cadeia e o valor homólogo, e aquele que interessa obviamente é o valor anualizado, se o ano tivesse terminado naquela altura é aquele que é conhecido. Portanto, a nossa proposta é que, a atualização seja feita com o valor que é conhecido no dia um de janeiro e não com a variação homóloga, porque então para azar de todos nós, por acaso o mês de julho foi o mês (acredito que foi mesmo por acaso, não ponho segundas intenções nisto, porque certamente foi isto que estava disponível), foi o valor mais elevado em termos homólogos que conhecemos este ano, por acaso. Mas não deve ser a variação homóloga, deve ser a variação anualizada. Aliás, é este valor que é utilizado nas atualizações das pensões, que é utilizado nas atualizações das rendas, é o valor anualizado, e não o valor homólogo, depende muito do mês em que isto é decidido. É só isto, mas ponho à consideração dos restantes Senhores/as Deputados/as Municipais.”

6.1.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente da Assembleia, eu preciso de fazer aqui uma correção, porque o que está aqui na proposta não é 1.5, mas é 1,0105, é o que está na proposta. Portanto, queria só fazer este reparo, porque não é de facto um 1.5, é 1,0151.”

6.1.2.3 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Pois, mas a questão que está aqui, é exatamente isso, é que é o fator de atualização. E o fator de atualização é 1,0105, o que significa que a inflação é 1,5. É a diferença entre inflação e fator de atualização. É uma questão técnica. Francamente a Senhora Presidente de Câmara não tem que saber isto. Mas, é assim. Repare, aquilo que está aí é o fator de atualização, não é a inflação, a inflação é 1.5, o fator da atualização é outra coisa, é aquilo que se utiliza. Enfim, as pessoas que possam trabalhar com isto sabem o que estou a dizer, que é correto, não tenham dúvidas que é assim.”

6.1.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 25º, do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprova a proposta da Câmara Municipal sobre a “Atualização da Tabela de Preços do Município de Almada para 2019”, que a seguir se transcreve:

“Nos termos do artigo 21º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (na sua atual redação), que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (adiante designada RFALEI), os preços e demais instrumentos de remuneração relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta pelas unidades orgânicas municipais são fixados pelos Municípios;

Considerando que, em conjugação com o anteriormente exposto e nos termos do artigo 33º nº1 alínea e) do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Adiante RJAL), constante do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (na sua atual redação), nos Municípios a competência para a fixação daqueles preços é da Câmara Municipal;

Considerando que, por força do previsto no aludido artigo 21º da RFALEI, a fixação dos mencionados preços terá em consideração que os mesmos não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens;



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Considerando igualmente que, dada a natureza da matéria em apreço, será juridicamente adequado que a esta também se aplique o Princípio da equivalência jurídica e o Princípio da justa repartição dos encargos públicos, exigíveis em sede de fixação de taxas municipais, por força do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro (na sua atual redação);

Considerando ainda que, para efeitos de atualização dos preços dos serviços prestados e dos bens fornecidos em gestão direta pelas unidades orgânicas municipais, e à semelhança do que sucede no regime estatuído no Regulamento de Taxas do Município de Almada, a aplicação àqueles preços do fator de atualização calculado com base no Índice de Preços no Consumidor (exceto habitação), divulgado pelo Instituto Nacional de estatística, garante o cumprimento dos princípios anteriormente invocados, bem como assegura o preceituado no supra aludido artigo 21º da RFALEI.

Propõe-se que, ao abrigo do enquadramento legal e da competência que lhe está conferida conforme as supracitadas disposições legais, a Câmara Municipal de Almada delibere aprovar:

- 1. A atualização dos Preços dos serviços prestados e dos bens fornecidos em gestão direta pelos serviços municipais, atualmente fixados nos termos que constam na Tabela de Preços de Prestação de Serviços ao Público do Município aprovada pela Câmara Municipal em 20 de abril de 2016, com a alteração ao preâmbulo que lhe foi introduzida por deliberação da Câmara Municipal em 15 de fevereiro de 2017, por aplicação do fator de atualização calculado com base no Índice de Preços ao Consumidor excluindo habitação (para o Continente) de 1,0151, divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística, para o período compreendido entre julho de 2017 e julho de 2018, com produção de efeitos a 1 de janeiro de 2019;*

Sob condição de aprovação do previsto no número anterior, que se aprove concomitantemente a Tabela atualizada por via do mesmo, e que consta em anexo à presente proposta e dela faz parte integrante.”

6.2 – Entrou-se no ponto 3.7 da agenda, relativo à Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos para o ano de 2019;

6.2.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A proposta de tarifário vigorará a partir de 2019 do dia um de janeiro, mas para isso terá que ter ainda que ter o parecer da ERSAR- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, que foi em devido tempo pedido, incorpora duas componentes. Uma das componentes é a trajetória de convergência entre 2015 e 2019, entre a diferença do custo do serviço e o proveito do serviço, e que remonta a 1.546.500.00€ (um milhão, quinhentos e quarenta e seis mil e quinhentos euros), e que corresponde a 18% do serviço prestado. A outra componente, é o subsídio de 798.250.00€ (setecentos e noventa e oito mil e duzentos e cinquenta euros), que correspondem ao impacto entre o diferencial do que custa o serviço normal e a tarifa social. Portanto, o diferencial entre este custo e a tarifa social, remonta a 798.250.00€ (setecentos e noventa e oito mil e duzentos e cinquenta euros). Assim sendo, e o quadro que têm e a proposta que têm, é que a tarifa de disponibilidade que é medida por cada trinta dias no doméstico tem 1.1533, na tarifa social não tem. O não doméstico tem 2,1969 pela aplicação de disponibilidade ficará 1,1533, a tarifa variável que é por metro cubico de água, já não por cada trinta dias, mas por metro cubico de água, no domestico são 0,2732, no não domestico 0,8672, a aplicação variável utilizadores domésticos é de 0,2732.”

6.2.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 25º, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro aprova a proposta da Câmara Municipal sobre o “Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos para o ano 2019”, que a seguir se transcreve:

“O Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/ 2013, de 12 de setembro, confere à Câmara Municipal a competência para fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais, neles se incluindo as tarifas do serviço de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores finais.



O Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos, Imagem, Limpeza e Higiene Urbana da Câmara Municipal de Almada, aprovado pela Assembleia Municipal em sessão extraordinária de 19 de outubro de 2015, define, no seu capítulo V, a estrutura tarifária da prestação do serviço de gestão de resíduos urbanos, indo ao encontro do definido na legislação em vigor, designadamente do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos aprovado pela ERSAR e Homologado pelo Ministro da tutela.

A estrutura tarifária aprovada naquele Regulamento assume a existência de tarifários sociais dirigidos aos utilizadores domésticos cujo agregado familiar possua um rendimento per capita inferior a metade da retribuição mínima mensal garantida e se encontrem em situação de carência económica [alínea a) do nº 1 do artigo 45º, do Regulamento] e às instituições particulares de solidariedade social e outras pessoas coletivas de utilidade pública [alínea b) do nº 1 do mesmo artigo].

O tarifário social implica a assunção pelo Município da diferença entre o valor resultante da sua aplicação e o que resultaria da aplicação do tarifário base, considerando-se que esse diferencial deve ser assumido pelo orçamento municipal, em detrimento dos utilizadores dos serviços de gestão de resíduos.

De acordo com o Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos, Imagem, Limpeza e Higiene Urbana (RMRUILHU) da Câmara Municipal de Almada, o tarifário do serviço de gestão de resíduos é aprovado pela câmara municipal até ao termo do mês de novembro do ano civil anterior àquele a que respeita [nº 1, do artigo 47º, do RMRUILHU].

Assim, considerando

- Que o Município de Almada é a entidade gestora do serviço de gestão de resíduos urbanos no respetivo território;
- Que compete à Câmara Municipal fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais;

Bem como

- O definido pelo Regulamento nº 52/2018, que revê e republica o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, o qual estabelece as disposições aplicáveis à definição, ao cálculo, à revisão e à publicitação das tarifas do serviço de gestão de resíduos urbanos;
- Os custos da prestação do serviço, tendo em conta, nomeadamente, as perspetivas de investimento para 2019 (reforço dos equipamentos de deposição, de superfície e enterrados, renovação da frota, et al.), de reforço do pessoal ao serviço e os efeitos do aumento previsto das tarifas aplicadas pela Amarsul;
- A trajetória de convergência aprovada em 2015 que pressupunha um aumento gradual, até 2019, da cobertura de custos pelos proveitos tarifários, assente no crescimento médio do encargo anual de 5,1%, traduzido num aumento médio anual para o utilizador inferior a 2,9 euros;
- O diferencial entre os custos da prestação do serviço e os proveitos resultantes da aplicação do tarifário associado àquela trajetória, o qual não permitiu a concretização da cobertura esperada, nem permitirá, em 2019, a cobertura total dos custos;

Propõe-se

Que a Câmara Municipal de Almada, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25º e nas alíneas e) e ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais [constante do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro], do nº 1, do artigo 47º do Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos, Imagem, Limpeza e Higiene Urbana da Câmara Municipal de Almada, e do n.º 8, do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual (este em virtude do parecer da ERSAR para o ano de 2017, cujas condições subjacentes de mantêm) aprove:

1. A seguinte proposta de Tarifário dos Serviços de Resíduos Urbanos, para vigorar em 2019, a partir do dia 1 de janeiro, condicionada à emissão de parecer (solicitado em tempo) da ERSAR:

Estrutura tarifária	2019			
	Utilizadores Finais		Tarifário Social	
Tarifa de disponibilidade (a faturar por cada 30 dias)	Domésticos	1,1533	Em situação de carência económica – isenção da tarifa de Disponibilidade	0,000



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

	<i>Não Domésticos</i>	2,1969	<i>Aplicação da tarifa de disponibilidade dos Utilizadores Domésticos</i>	1,1533
<i>Taxa Variável</i>	<i>Domésticos</i>	0,2732		0,2732
	<i>Não Domésticos</i>	0,8672	<i>Aplicação da Tarifa Variável Utilizadores Domésticos</i>	0,2732
<i>Taxa de Gestão de Resíduos (por cada m3 de água)</i>	0,0359			

2. O subsídio de 1.546.500€ correspondente a 18% dos custos com a prestação do serviço, garantindo a trajetória aprovada em 2015, no que ao tarifário diz respeito, em benefício da própria atividade, e consequentemente dos respetivos utilizadores;

3. O subsídio de 798.250€, correspondente ao impacto financeiro da aplicação dos tarifários sociais (9,5% dos custos com a prestação do serviço), nos termos do artigo 22.º do Regulamento nº 52/2018, que revê e republica o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, e dos quais são beneficiários aqueles se enquadram no artigo 45.º do RMRULHU;

4. Submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação, a Taxa de Gestão de Resíduos nos termos previstos na tabela acima, com produção de efeitos a partir de dia 1 de janeiro de 2019.”

6.3 – Entrou-se no ponto 3.8 da agenda relativo à Apreciação e Votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2019;

6.3.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta relativa à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2019, é exatamente mais uma atualização idêntica ao do ano passado. A taxa é a mesma, e, portanto, não há qualquer diferença relativamente ao ano anterior. Pouco mais tenho a acrescentar, sobre aquilo que os Senhores/as Deputados/as Municipais já têm em mãos.”

6.3.2 - Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea b), nº 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a proposta da Câmara Municipal sobre a “Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2019”, que a seguir se transcreve:

“O artigo 106.º da Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada pela Lei N.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua versão atualizada, define a possibilidade de estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), a qual obedece aos seguintes princípios:

a) A taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;

b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%.

O n.º 4 do mesmo artigo da referida Lei, explicita que nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento, não sendo tal taxa passível de repercussão nas faturas emitidas aos respetivos consumidores finais.

Considerando o exposto, tendo em vista a manutenção dos termos de aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem e ao abrigo das supramencionadas disposições legais e ainda do articuladamente disposto na alínea c), do nº 1 do artigo



25º, e da alínea ccc), do nº1 do artigo 33º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (constante do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro), na sua atual redação, propõe-se que a Câmara Municipal de Almada delibere aprovar:

1. Proposta, a submeter a decisão da Assembleia Municipal, para aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2019, fixada em 0,25% sobre o total de faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público nos termos definidos no nº 3, do artigo 106º da Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua atual redação;
2. Sob condição de aprovação, pela Assembleia Municipal, do proposto nos termos do número anterior, que seja dado conhecimento à ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações, e às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, da deliberação que seja tomada por aquele órgão deliberativo.”

6.4 – Entrou-se no ponto 3.9 da agenda, relativo a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre Taxa de Emissão do Certificado de Registo – fixação da componente municipal – ano de 2019.

6.4.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta sobre a Taxa pela Emissão do Certificado de Registo – fixação da componente municipal para o ano de 2019, surge no seguimento da Portaria nº 164/2017, de 18 de maio, que no ano passado não foi acionada, mas que este ano já passou em Câmara, tendo sido aprovada em reunião de Câmara Municipal, no passado dia vinte um de novembro, por unanimidade, e que se trata apenas da questão, dentro da taxa os 50% devidos ao Município, dentro destas taxas previstas para a emissão destes certificados.”

6.4.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a proposta da Câmara Municipal sobre a “Taxa pela Emissão do Certificado de Registo (fixação da componente municipal) ano 2019”, que a seguir se transcreve:

“Considerando que:

1. Compete às câmaras municipais a obrigação de acolher o registo de formalização do direito de residência aos cidadãos da UE cuja estada no território nacional se prolongue por período superior a três meses, conforme o nº 2, do artigo 14º, da Lei n.º 37/2006, de 09 de agosto (versão atualizada), que regula a livre circulação e residência dos cidadãos da UE e famílias em território nacional;
2. Pela emissão do certificado de registo são devidas taxas, de acordo com o nº1, do artigo 29º da mesma Lei, as quais são definidas no artigo 3º da Portaria nº 1334-D/2010, alterada e republicada pela Portaria nº 164/2017 de 18 de maio;
3. O produto daquelas taxas é objeto de distribuição entre os municípios e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, conforme o nº2 do mesmo artigo;
4. O montante a cobrar pela componente municipal é fixado pelos órgãos competentes em matéria de fixação de taxas municipais e não pode exceder o valor correspondente a 50% do valor do produto das taxas relativas à emissão do certificado de registo, sendo os restantes 50% devidos ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras deduzidos de 2,5% para a cobertura das despesas administrativas municipais, de acordo com o definido no artigo 4º da Portaria nº 1334-D/2010, na sua versão atual;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 25º e da alínea ccc) do nº1 do artigo 33º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (constante do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro), na sua atual redação, a Câmara Municipal de Almada delibere:

Submeter a decisão da Assembleia Municipal a fixação da componente municipal do serviço de emissão do certificado de registo em 50% do valor da taxa definida no artigo 3º da Portaria nº 1334-D/2010 de 31 de dezembro, na sua versão atual.”

6.5 – Entrou-se no ponto 3.10 da agenda, relativo a Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Alteração ao Mapa de Pessoal de 2018.



6.5.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É uma correção feita ainda ao Mapa de 2018, que decorre essencialmente de três fatores. O primeiro tem a ver com mobilidades internas inter-carreiras, como sabem o trabalhador ocupa duas vagas, e, portanto, ao fazer a mobilidade liberta uma das vagas. Um trabalho que fizemos de reintegração de trabalhadores que estavam com trabalhos diferenciados e em articulação com o SSO – Serviço de Saúde Ocupacional, conseguimos fazer alguma recuperação e a reafecção desses trabalhadores a outros serviços onde pudessem desempenhar essa função. Portanto, decorrente de outros movimentos, como integração dos precários, foi um ano muito atípico em termos de gestão do Mapa de Pessoal, com todas estas movimentações, e, portanto, ainda para 2018 temos aí o aumento de postos de trabalho no valor de 325.000.00€ (trezentos e vinte cinco mil euros). Portanto, é esta a proposta que temos e que resulta em 199 (cento e noventa e nove) postos de trabalho vagos e por preencher. E o montante são 325.000.00€ (trezentos e vinte e cinco mil euros) ainda no Mapa para 2018. Depois no Mapa para 2019, no Orçamento, faremos ainda o outro ajuste que for decorrente de outras alterações.”

6.5.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo da alínea o) do nº 1 do artigo 25º anexo I à Lei nº 75/2013, aprova a proposta da Câmara Municipal sobre a “Alteração ao Mapa de Pessoal de 2018”, que a seguir se transcreve:

“Por deliberação tomada pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal em sessão ordinária realizada a 21 e 28 de fevereiro de 2018, respetivamente, foi aprovada a proposta de Mapa de Pessoal para 2018 com a previsão dos recursos humanos, identificados como necessários, para assegurar a missão e a prossecução dos objetivos e estratégias definidos para (e pelo) Município, a desenvolver durante a respetiva execução anual.

Considerando que, ponderados os recursos humanos, e após análise cuidada e rigorosa das necessidades efetivas, apresentadas pelos serviços municipais, como inadiáveis e imprescindíveis, para a concretização da estratégia do Município e de atividades de natureza permanente, importa reforçar e dotar de recursos humanos, áreas deficitárias e prementes, para o cumprimento do Plano de Atividades,

A alteração ao Mapa de Pessoal 2018, fundada numa gestão determinada de rigor e exigência, valorizando a eficácia e a eficiência da aplicação dos recursos previstos, em benefício do desenvolvimento de todas as áreas do município, consubstanciada nos seguintes pressupostos:

- Adequação do Mapa de Pessoal à nova macroestrutura publicada em Diário da república nº 191, 2ª Série de 3 de outubro e em vigor desde 04 de outubro;*
- Regularização de 50 trabalhadores abrangidos pelo PREVPAP;*
- Consolidação definitiva de processos de mobilidade interna inter-carreiras, iniciadas em 2017, num total de 17 trabalhadores que integraram definitivamente a carreira técnica superior;*
- Acréscimo de 48 postos de trabalho na carreira de Assistentes Operacionais com maior incidência nas atividades associadas à Limpeza Pública e Varredura, Condução de Viaturas Pesadas e Veículos Especiais, Jardinagem, Calcetaria e Pintura;*
- Acréscimo de 26 postos de trabalho, para satisfação de necessidades, na carreira de Assistentes Técnicos e Técnico Superior, alguns com preenchimento com recurso à valorização profissional, permitindo aos trabalhadores do município, que adquiriram novas habilitações literárias ascenderem a carreira superior;*
- Regularização da situação de trabalhadores da Câmara Municipal, que se encontravam impossibilitados de exercer as suas funções na área de atividade de origem, por condicionalismos de saúde;*
- Criação de 6 novos postos de trabalho, na área de atividade de Sapadores Florestais, nos termos do Decreto-Lei, nº8/2017, de 9 de janeiro, conjugado com o Decreto-Lei nº 109/2009, de 15 de maio, que determina o reforço das equipas de Sapadores Florestais, no contexto das medidas de política florestal, no território continental;*
- Existência de previsão orçamental nas rubricas respetivas;*



A presente proposta de alteração ao mapa de pessoal, apresenta:

- 1990 postos de trabalho preenchidos e a preencher;
- 1791 postos de trabalho ocupados, sendo que, 1670, são ocupados por trabalhadores em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e os restantes 121 em comissões de serviço, nomeações e contratos de trabalho a termo certo;
- 199 postos de trabalho vagos e por preencher;
- um acréscimo efetivo de 35 de postos de trabalho ao total de postos de trabalho preenchidos e a preencher face ao mapa de pessoal em vigor;

Face ao exposto, propõe-se:

Que a Câmara Municipal de Almada, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do art. 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, delibere propor à Assembleia Municipal a aprovação da presente alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2018, de acordo com o mapa anexo, ao abrigo e nos termos da alínea o) do nº 1 do art. 25º da referida Lei nº 75/2013 e da alínea a) do nº2 do art. 3º do Decreto-lei nº 209/2009 de 3 de Setembro, conjugado com o disposto no art. 29º da Lei nº 35/2014 de 20 de Junho, na sua redação atual."

6.6 – Tendo sido consensualizado na reunião da Conferência de Representantes debater em conjunto os pontos 3.11 e 3.12 da agenda, relativos, respetivamente, a Apreciação e Votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a Opções do Plano e Orçamento para 2019 e Mapa de Pessoal do Município de Almada e a Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre as Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para 2019 e Mapa de Pessoal dos SMAS para 2019, entrou-se na fase de apreciação dos referidos pontos;

6.6.1 – Para apresentação de ambas as propostas usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara, o Senhor Vereador Miguel Salvado e a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira;

6.6.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de iniciar a apresentação do Plano e Orçamento para o ano de 2019, farei um brevíssimo recapitulativo, um relembrar da situação em que nos encontramos neste momento.

Relativamente ao ano passado. Nós tivemos este ano uma evolução da receita muito favorável, em grande parte devida ao IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, o que significou uma possibilidade de fazermos a tal recuperação a que nos tínhamos proposto fazer o ano passado. Como sabem, nos três últimos anos tinha havido uma curva descendente onde sistematicamente a Câmara Municipal de Almada tinha ido recorrer ao saldo de gerência, e nós comprometemo-nos, há um ano atrás, a inverter essa curva, e em princípio este ano não só a invertemos, como vamos acabar com um saldo operacional muito positivo. Isto tem razões positivas, para nós, como por exemplo, a redução das despesas correntes mesmo tendo um aumento de cerca de 2.000.000.00€ (dois milhões de euros) nas despesas com o pessoal, ou seja, não foram reduções ao nível de pessoal, e mesmo tendo um aumento em muitas das atividades como já foi aqui referido, nomeadamente em certos apoios, apesar da dificuldade que tem sido, houve aumentos significativos nessas áreas, mas com uma gestão de facto mais rigorosa, que tem sido possível e estimamos que uma redução em cerca de 3.000.000.00€ (três milhões de euros) nas despesas correntes.

Outra questão, menos favorável e aí temos que reconhecer, mas também com justificação que nos parece plausível, temos uma execução mais baixa ao nível das despesas de capital. E são essencialmente, duas as razões para essa execução mais baixa. Uma, é a verdade, a aprovação muito tardia do orçamento do ano passado. Como sabem o orçamento inicial foi aprovado em fevereiro, março, penso eu, só depois é que houve o fecho de contas, e depois a revisão orçamental com a introdução do saldo de gerência, foi mais ou menos em abril. Porque é que esta questão é complicada? É porque tudo o que é capital, de alguma maneira só pôde avançar nessa altura. Portanto, estamos a falar de seis meses de execução. Mas, há outra razão, que também foi admitida desde o início, que é, muito do que estava previsto em despesas de capital, eram as famosas candidaturas aos vários programas europeus, que nós consideramos que eram completamente incomportáveis para o Município,



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

até porque a taxa de comparticipação rondava os 12%, e, portanto, foi feito um trabalho muito intenso de revisão dessas candidaturas, para podermos aumentar a taxa da comparticipação, e algumas delas tiveram mesmo que cair, porque pura e simplesmente não faziam sentido e representavam um encargo para uma década do Município, com projetos que consideramos que não eram os mais pertinentes. Uma das coisas que fizemos, e já foi aqui mencionado uma vez, nós tínhamos quatro candidaturas na Cova da Piedade, tínhamos a questão do Chalé Ribeiro Telles, onde neste momento nos encontramos já, porque os Paços do Concelho vão entrar para obras, tínhamos o Jardim da Cova da Piedade, e depois tínhamos mais três projetos na Romeira. Um pavilhão, outro pavilhão, e depois as redes viárias. E ao lado do Chalé continuavam as duas ruínas que lá estão. Portanto, nós consideramos que era importante criar coerência, anulamos duas das reabilitações daqueles pavilhões que não tinham ainda destino e que acreditamos que o privado a quem se possa concessionar aquele espaço, o pode fazer. Mantemos a reabilitação da rede viária, mas sobretudo reforçamos a reabilitação de toda a Cova da Piedade, do Jardim e queremos fazer, não só do Jardim, como queremos fazer os edifícios adjacentes ao Chalé Ribeiro Telles, e se possível ainda, a própria estrutura do Palacete, onde neste momento se encontra a SFUAP – Sociedade Filarmónica União Artística Piedense. Tudo isto é um trabalho intenso, que permite tirar melhor proveito dos fundos europeus. Eu só dei este exemplo, houve vários exemplos, na Trafaria também todos os projetos foram estudados e isso significa que a execução, de facto, não está ao nível que gostaríamos, mas também era impossível estar mais alta. Mas isso dá-nos um resultado positivo. E relembro aqui que em 2015 os resultados operacionais da Câmara Municipal de Almada, eram de 380.000.00€ (trezentos e oitenta mil euros) positivos; em 2016, o resultado operacional era de 7.906.000.00 (sete milhões, novecentos e seis mil euros) negativos; em 2017, o resultado operacional era de 5.415.000.00€ (cinco milhões, quatrocentos e quinze mil euros), negativos; e este ano vamos em principio acabar com um resultado positivo na ordem dos 12.000.000.00€ (doze milhões de euros) o que nos vai permitir repor o saldo de gerência que fomos buscar na revisão orçamental. E mesmo assim, aumentar um pouco. Isto era só para vos dar rapidamente um panorama.

Agora, ao nível das atividades e do orçamento deste ano. O Orçamento inicial que vos apresentamos, tem que ser calculado em função das médias dos dois últimos anos, portanto, vamos para um orçamento na ordem dos 90.400.000.00 (noventa milhões e quatrocentos mil euros), e estimamos para a revisão orçamental, que virá a seguir ao fecho de contas, um orçamento global de 117.000.000.00€ (cento e dezassete milhões de euros). Isto porquê? É porque consideramos que este superavit, e mesmo se o usarmos todo, continuamos a crescer no nosso saldo de gerência, deve ser reinvestido. O investimento que não foi feito este ano tem que ser feito, e mesmo assim queremos investir mais do que o fizemos para além dos projetos que já estavam previstos. E queremos investir mais em que áreas? E aqui entramos nas nossas grades prioridades. Estas Opções do Plano e Orçamento, que foram organizadas de forma diferente, quisemos que fossem de mais rápida leitura, criamos eixos estratégicos que correspondem aos grandes eixos orçamentais, assim podem avaliar quanto é que se prevê para cada eixo de ação. Quais foram as nossas grandes prioridades? Foram aquelas com que nos comprometemos. A Habitação em primeiro lugar, que é uma das questões essenciais, e que nesta rubrica da Solidariedade Inclusão e Habitação, tem um aumento substancial relativamente a 2018, passa de 1.900.000.00€ (um milhão e novecentos mil euros) para 3.560.000.00€ (três milhões e quinhentos e sessenta mil euros). Portanto, temos aqui um reforço de mais de 1.500.000.00€ (um milhão e quinhentos mil euros) que é para podermos também em função dos programas do Governo, fazer a contraparte para isso, portanto, há um reforço muito substancial. Há um reforço muito substancial também em tudo o que é a qualificação do espaço público, que para nós é uma prioridade absoluta. E aqui temos nesta rubrica mais genérica que é Ambiente, Espaço Público, Espaços Verdes, Energia, Clima e Sustentabilidade, duplicamos o orçamento do ano passado, passa de 10.986.000.00€ (dez milhões novecentos e oitenta e seis mil euros) para 20.858.000.00€ (vinte milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil euros), basicamente aumentamos em todas as rubricas que estão aqui presentes. Na Cultura, também aumentamos substancialmente, cerca de 1.200.000.00€ (um milhão e duzentos mil euros), também por duas razões, uma a Casa da Cerca está incluída neste momento na questão cultural, mas também queremos aumentar os apoios e sobretudo a preservação do nosso património. Portanto, há aqui uma prioridade também na necessidade de preservar o nosso património. Nos quadros comparativos entre 2018 e 2019, é necessário esclarecer algo que certamente vão abordar.



Relativamente à Educação, Qualificação e Conhecimento, o orçamento do ano passado tinha um montante de 9.318.428.00€ (nove milhões, trezentos e dezoito mil e quatrocentos e vinte e oito euros). Este ano tem um valor de 8.872.000.16€ (oito milhões, oitocentos e setenta e dois mil euros e dezasseis cêntimos). É preciso dizer que, relativamente ao ano passado, houve duas obras muito importantes que estavam incluídas e que foram concluídas. E estamos a falar de duas escolas, de um montante global que ascendia a 1.699.000.00€ (um milhão e seiscentos e noventa e nove mil euros), o que significa que se nós retirarmos ao valor que estava previsto o ano passado nesta rúbrica o 1.699.000.00€ (um milhão seiscentos e noventa e nove mil euros), a educação tem um aumento de 1.200.000.00€ (um milhão e duzentos mil euros). Dirão, porque é que não há uma nova obra? Não. Estão previstos a montante, para projetos para novas obras de reabilitação. Como sabem as obras são sempre ações demoradas, e, portanto, o que está previsto nestas rúbricas, onde tem atividade e tem investimento, está previsto para investimento os projetos para continuarmos a requalificação das nossas escolas.

O mesmo se passa com o Desporto e a Juventude onde daqui saiu a verba que estava prevista para as piscinas de São Paulo, e que também já foi aqui referido, foi um projeto que nós anulamos, porque consideramos que não faz sentido, estamos a estudar outras soluções para as piscinas de São Paulo, e só as piscinas de São Paulo representavam 1.400.000.00€ (um milhão e quatrocentos mil euros). E, portanto, aqui também, a diferença que se pode ver no Desporto e Juventude, que é muito menor, diz respeito no fundo às verbas que estavam previstas para as piscinas de São Paulo e que agora deixam de estar.

De uma maneira geral os Transportes e Mobilidade, é outra das nossas prioridades, como é evidente. Como sabem, nós a partir de agora vamos ter um encargo permanente, foi isso que foi acordado na questão do Passe Social Único e também na revisão dos novos contratos para os transportes públicos e a nossa participação na Empresa Metropolitana de Transportes, de 1.800.000.00€ (um milhão e oitocentos mil euros), isto foi consensualizado ao nível da Área Metropolitana de Lisboa, e portanto, temos que ter a noção que a partir de agora, somos parceiros da Área Metropolitana de Lisboa, e temos sim, encargos com os transportes públicos. Não vale a pena dizer que somos pelos transportes públicos, e não assumirmos aquelas que também são as nossas responsabilidades com os transportes públicos. Até agora, tirando Lisboa e Barreiro, todos os Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, ninguém pagava nada pelos transportes públicos. E também por isso, tinham os piores transportes públicos de que há memória. Foi um modelo que falhou e, portanto, foi isso que se alterou drasticamente relativamente ao ano passado.

De resto, nesta introdução que eu também não quero que seja demasiado longa, até para podermos depois ter tempo para debate. Quero, no entanto, citar aqui dois ou três projetos que me parecem absolutamente charneiras. Um como digo tem a ver com a questão da mobilidade, outro tem a ver com a questão da habitação e esse é um esforço enorme.

Temos grandes projetos na questão da reabilitação do espaço público, por exemplo a Avenida do Mar, (depois provavelmente o Senhor Vereador quererá também falar disso com mais detalhe).

Temos também na área da cultura algo que nos alegra muito, que é a instalação em Almada de uma Casa da Dança, com o grande coreógrafo Paulo Ribeiro, que foi até há pouco tempo Diretor da Companhia Nacional de Bailado, e que vem fazer um projeto, não vem cá instalar a sua Companhia, vem fazer um projeto, que é um projeto para mobilizar as Companhias, inclusivamente as Companhias de Almada e também entrar numa rede internacional de casas da dança, e isso é muito importante, porque é uma maneira também de dar a conhecer e trazer novos artistas e levar os nossos artistas para fora, é um projeto que ronda os 120.000.00€ (cento e vinte mil euros) neste ano.

Temos obviamente o grande projeto em curso, de parceria com a Universidade Nova de Lisboa e neste caso estamos a tratar diretamente com a reitoria, que é da instalação no Presídio da Trafaria, de um Instituto de Arte e Tecnologia, o que vai permitir, e era um dos nossos grandes compromissos, a reabilitação do Presídio da Trafaria. Temos uma necessidade absoluta que é, nos próximos seis meses podermos terminar a Revisão do PDM – Plano Diretor Municipal, que se arrasta há doze anos e que é urgente poder terminá-la para justamente dar um novo impulso e uma nova dinâmica na questão da reabilitação do nosso território.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Temos igualmente relativamente da Proteção Civil, a questão da Central Única, que tem sido pedido durante tanto tempo, pelos Bombeiros, haver uma Central Única. Temos também a equipa dos Sapadores Florestais.

E temos ainda, para além de todas as atividades que continuam, nós só estamos a dar alguns dos pontos que consideramos mais salientes e que serão prioritários, embora os outros continuem, que tem a ver com a reabilitação na Costa da Caparica, com a municipalização do troço final da IC20, a melhoria dos acessos às praias e a reabilitação da Praça das Sulipas e da Rua dos Pescadores, que esperamos começar muito em breve, logo no início do ano dado que os planos e os projetos já estão a ser finalizados.

Quero deixar claro também a questão da Salubridade, onde vai haver também um grande investimento, tendo a rubrica da higiene urbana e salubridade, 6.400.000.00€ (seis milhões e quatrocentos mil euros), o que vai permitir também um grande investimento na renovação da nossa frota para uma Almada mais limpa.

Muito resumidamente, (estou certamente a esquecer-me das muitas das atividades previstas) qual é que é o nosso projeto para 2019 em Almada? Almada tem várias situações que se arrastam há muitos anos. Foi necessário estabelecer prioridades, porque sabemos que temos uma rede viária em muito mau estado, sabemos que temos um PDM – Plano Diretor Municipal, há doze anos por concluir, sabemos que temos as AUGI, s – Áreas Urbanas de Génese Ilegal, por resolver há anos e anos e anos, sabemos que a questão da habitação, que já foi aqui abordada ontem, precisa urgentemente de uma nova abordagem, temos neste momento identificados uma necessidade de quatro mil fogos, quatro mil famílias a realojar, quatro mil famílias, somos dos Municípios do país, com maiores necessidades. E somos dos Municípios com maior número de pessoas a viverem em barracas. E, portanto, esta é sem dúvida nenhuma, uma prioridade absoluta, mas também temos que ter a consciência, que também temos que poder dar resposta à pressão de Lisboa, e que vamos começar a ter uma classe média que não consegue também arranjar casa. Portanto, temos que ter aqui um plano integrado, uma proposta integrada, ao nível da habitação, para as situações de urgência, mas também para não criar novas situações de urgência, sobretudo para uma classe média baixa, que a certa altura fica sem meios para se poder alojar. Temos as nossas escolas, e é evidente, no decorrer deste ano, vamos ter o desafio de algumas, ainda não sabemos quais, estamos a ponderar, algumas delegações de competências, mas que provavelmente, nos vão obrigar a novas reflexões, e espero eu revisões positivas de orçamento. Este é o orçamento que não está a prever na delegação de competências, porque como sempre dissemos, é recebemos competências com meios, ou então aquelas que nos podem trazer receita e que podem ser vantajosas para o Município. Fico-me por aqui e estamos obviamente disponíveis.”

6.6.1.2 – O Senhor vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O documento das Opções do Plano dos SMAS – Serviço Municipal de Água e Saneamento, foi-vos entregue.

Paro 2019, o nosso compromisso com os Almadenses, continua o ser o de manter e valorizar a água como bem público essencial, de gestão municipalizada sempre focada numa perspetiva de excelência, conforme expressamos no início deste ciclo autárquico.

O serviço que prestamos à população do concelho, a qualidade da água que chega à torneira do consumidor e o tratamento das águas residuais são a nossa prioridade.

As Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água Saneamento (SMAS) de Almada para 2019, corresponde ao segundo ano do mandato 2017-2021, está estruturado segundo três linhas de orientação estratégica: garantir a satisfação das necessidades dos utentes, a sustentabilidade da organização e sustentabilidade ambiental. O documento inclui o plano plurianual de investimentos e o orçamento.

Em 2019, propomo-nos realizar diversas ações, atividades e projetos dos quais, salientamos apenas estes:

Assegurar a execução do Programa de Controlo da Qualidade da Água de 2019, nos termos do documento aprovado pelo Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).



Garantir a informação à população no que concerne á interrupção do fornecimento de água nas intervenções programadas com pelo menos 48 horas de antecedência, bem como nas intervenções na rede de água e do saneamento que originem eventuais constrangimentos decorrentes de obras.

Prosseguir as ações para a manutenção das certificações que temos do sistema SGI - Sistema de Gestão Integrado, em que se incluem: a Gestão da Qualidade, Gestão Patrimonial de Infraestruturas, Gestão Ambiental, Gestão de Segurança, Saúde e Bem-Estar no Trabalho, Gestão de Compromisso Social e Organizacional, da Gestão de Segurança da Água, e o Sistema de Gestão da Energia.

Prosseguir a realização das ações para avaliação e divulgação dos níveis de satisfação dos utilizadores, em relação ao desempenho dos SMAS Almada, no âmbito da certificação do Sistema de Gestão Integrado.

Assegurar a renovação das redes de água e de saneamento cumprindo as recomendações da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Saneamento, neste sentido prosseguiremos diversas ações, das quais destacamos apenas estas:

Remodelação da rede de águas, nomeadamente: na avenida do Cristo Rei, nas ruas Torcato José Clavine e Galileu Saúde Correio, na rua de Olivença e na praça do Comércio, em Almada. Apenas destacar algumas, porque a lista é bem maior. No entanto, dizer que algumas delas, por exemplo, a avenida do Cristo Rei, não é só uma intervenção de fundo, porque essa é necessária a nível do saneamento, dos pluviais e também da distribuição de água, mas acima de tudo na reconversão urbanística de uma avenida que é emblemática do nosso Concelho, com um grande peso turístico e de acesso ao Santuário do Cristo Rei.

Prosseguir a remodelação das redes de saneamento nomeadamente: na avenida do Mar, na Charneca de Caparica, na avenida do Cristo Rei, na rua de Olivença e na praça do Comércio, em Almada.

Garantir a elaboração de estudos técnicos para a remodelação das redes adutoras no Município. Algo que já estamos a tratar neste momento.

Prosseguir a manutenção dos equipamentos e infraestruturas necessárias às operações de abastecimento de água do Município.

No âmbito dos contratos de fornecimento de água realizados entre os utentes e os SMAS de Almada, queremos continuar a assumir e assegurar as necessidades de instalação de contadores e garantir a manutenção e renovação.

Garantir a manutenção qualificada dos SMAS de Almada como entidade reparadora e instaladora de contadores de água potável.

Garantir e acompanhar o processo de monitorização da dívida de serviços fornecidos, garantindo a implementação de um processo de gestão mais eficiente para os nossos serviços.

Assegurar a gestão, monitorização e avaliação do processo de Sistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços do Administração Público (SIADAP), por forma a garantir os direitos dos trabalhadores e a normal progressão nas carreiras.

Garantir a utilização dos recursos tecnológicos para apoio a uma gestão e operação eficazes e eficientes, no âmbito de uma política de melhoria contínua do serviço público prestado.

Assegurar a reabilitação e adaptação ambiental da ETAR da Mutela, integrando as modificações construtivas decorrentes das ações corretivas dos Sistemas de Gestão Ambiental, de Saúde e Segurança no Trabalho, bem como a reabilitação da ETAR do Portinho da Costa, integrando a conservação de edifícios, pinturas exteriores e órgãos de tratamento, críticos para o desempenho ambiental e a resposta a emergências.

Prosseguir as ações tendo em vista a otimização da ecoeficiência energética e a gestão da nossa fatura energética.

Dar natural seguimento ao projeto Ambiental "Beba Água da Torneira", articulado com os parceiros institucionais do mesmo, divulgando o projeto por todas as partes interessadas.



Participar nas campanhas de valorização da água e do saneamento.

Para terminar, os SMAS de Almada, entidade com autonomia administrativa e financeira, apresentam para o exercício de 2019, um orçamento global de 31.452.935,00€ (trinta e um milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, novecentos e trinta e cinco euros).

O equilíbrio financeiro será mantido com uma receita própria de 24.581.935,00€ (vinte e quatro milhões, quinhentos e oitenta e um mil, novecentos e trinta e cinco euros), sendo de 24.112.735,00€ (vinte e quatro milhões, cento e doze mil, setecentos e trinta e cinco euros) de receita corrente e de 21.626.215,00€ (vinte e um milhões, seiscentos e vinte e seis mil e duzentos e quinze euros) a despesa corrente e um investimento previsto de 14.348.690,00€ (catorze milhões, trezentos e quarenta e oito mil e seiscentos e noventa euros), dos quais 2.693.500,00€ (dois milhões, seiscentos e noventa e três mil e quinhentos euros) têm já financiamento definido.

Considerando os objetivos apresentados, os SMAS de Almada desenvolverão as ações e projetos, no âmbito das Linhas de Orientação Estratégicas que em seguida apresentamos.

E como tal estamos disponíveis para qualquer esclarecimento a este mesmo documento.”

6.6.1.3 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Mapa de Pessoal para 2019, comporta um aumento de 137 (cento e trinta e sete) trabalhadores, 59 (cinquenta e nove) técnicos superiores, 6 (seis) assistentes técnicos, 71 (setenta e um) assistentes operacionais, e cargo de direção por força da reestruturação orgânica. Portanto, são mais 137 (cento e trinta e sete) trabalhadores, que perfaz os 2092 (dois mil e noventa e dois) e que corresponde a uma dotação global de 35.525.921,00€ (trinta e cinco milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e novecentos e vinte e um euros).”

6.6.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José Lourenço (CDU), António Pedro Maco (CDS-PP), Artur Alfama (PAN), Inês Bom (BE), Margarida Lourenço (PS) João Geraldes (CDU), Maria Luís Albuquerque (PSD), Débora Rodrigues (PS), Ivan Gonçalves (PS), José Rocha (BE).

6.6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

As Opções do Plano e Orçamento que agora estamos a debater, são um documento fundamental de acompanhamento e fiscalização da atividade de qualquer município.

Elas dão-nos a conhecer as atividades e os projetos de investimento que a Câmara Municipal está a desenvolver e programa para o próximo ano e seguintes, para além de ser possível a partir deste documento conhecer a política fiscal que o Município vai prosseguir, bem como a política de pessoal e as implicações daí decorrentes.

Com base neste documento é possível ainda avaliar com algum rigor, a execução de todo o trabalho desenvolvido até ao último mês do ano corrente, comparando-o com aquilo que estava previsto no Plano e Orçamento de 2018.

Este é um exercício tanto mais importante, quando estamos perante uma mudança de ciclo que resultou das eleições autárquicas do ano passado, ganhas pelo PS em Almada e na sequência das quais o PS governa hoje a Câmara Municipal de Almada com o PSD.

Todos nos lembramos das muitas críticas feitas à gestão CDU, antes e imediatamente após as eleições autárquicas, pela atual Presidente da Câmara e pelo PS em Almada.

Críticas que chegavam ao ponto de responsabilizar a CDU, pela pobreza no concelho, pelos problemas de mobilidade, pelo envelhecimento, pela não fixação de jovens, pelo acentuar das desigualdades. Todas as oportunidades perdidas e todos os desacertos eram responsabilidades daqueles que conduziram os destinos do concelho nas últimas décadas.



Com o PS, pelo contrário, Almada iria virar terra de leite e mel em abundância, um grande centro cosmopolita, um concelho das artes, da investigação científica, da criatividade, do desenvolvimento económico, uma referência em termos de desenvolvimento sustentável e ecológico. (Eu repeti aquilo que está no programa do PS para Almada).

Sintetizando numa frase todas as promessas que então fizeram, pode dizer-se que: “com o PS na Câmara de Almada, o Concelho de Almada seria uma espécie de Céu na Terra”.

Mas um ano de poder não se compagina já com frases ocas e promessas vãs e obriga aqueles a quem os cidadãos elegeram, a descerem à Terra e comecem a mostrar os seus verdadeiros objetivos. No fundo, no fundo: Quem são os seus aliados? Que interesses defendem no Poder Local? Para quem Governam? Estão verdadeiramente preocupados com os mais desfavorecidos? Vivam eles nas Terras da Costa, no 2ª Torrão, no PIA, no Chegadinho, num Bairro Social Municipal, num quarto subalugado de um qualquer núcleo antigo do nosso Concelho ou em qualquer outra parte? Preocupa-os efetivamente a precariedade no trabalho e em particular na própria Câmara Municipal de Almada? Com eles o Concelho vai finalmente liderar os rankings do desenvolvimento no nosso país?

A resposta para estas e muitas outras perguntas, já se começou a desenhar neste primeiro ano com o PS na Câmara Municipal de Almada.

Começamos por analisar a política fiscal municipal prosseguida nestes dois orçamentos apresentados pelo PS.

Depois de ao longo dos últimos 4 (quatro) anos do mandato da CDU, ter sido aprovada a redução da taxa do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis de 0,4% para 0,36%, para todos, as cerca de 47 mil famílias com habitação própria permanente neste Concelho, o que significou uma redução global do IMI arrecadado neste período de pouco mais de 3.300.000.00€ (três milhões e trezentos mil euros) (grosso modo, 830.000.00€ (oitocentos e trinta mil euros) ano, o PS com o apoio do PSD no executivo municipal, interrompeu nestes dois anos de 2018 e 2019 a redução da taxa do IMI mantendo-a em 0,36%.

Ainda não suficientemente satisfeito com a medida tomada e com a injustiça fiscal que essa medida encerra, o PS com o apoio do PSD, decidiram em cada um destes dois anos reduzir em 70€ (setenta euros) o IMI apenas para as famílias com três ou mais dependentes e ainda reduzir em 20% a taxa de IMI aos donos de prédios arrendados.

Ou seja, em vez de reduzir o IMI para toda a habitação própria permanente, privilegiaram os casais com três ou mais dependentes, como se estes casais fossem aqueles que apresentam maiores dificuldades financeiras, o que na esmagadora maioria dos casos não corresponde à verdade, e além disso privilegiam ainda todos aqueles que têm mais do que uma habitação e a arrendam, numa altura em que o mercado de arrendamento está em alta, como nunca esteve.

Todos os senhorios do nosso Concelho agradecem a ajuda extra que a Câmara Municipal de Almada através do PS e do PSD, lhes está a dar, ao mesmo tempo que todos aqueles que se viram obrigados a adquirir casa própria para poderem viver no Concelho, não entendem a razão porque este imposto que incide sobre a sua habitação própria, podendo o Município fazê-lo, não é reduzido.

Como se tudo isto não bastasse, o PS aprovou este ano com o apoio do PSD, a devolução às famílias que no nosso Concelho pagam IRS, de parte dos 5% desse IRS que o Governo entrega ao Município.

Votámos contra esta proposta porque ela ao mesmo tempo que retira ao Município cerca de 1,2 milhões de euros de receitas que ele poderia e deveria utilizar na melhoria de equipamentos educativos, culturais, sociais e infraestruturas da sua responsabilidade e de que todos cidadãos do nosso Concelho, em particular os mais desfavorecidos beneficiariam, vai devolver umas dezenas de euros em média às famílias que no concelho possuem rendimentos mais elevados. Não nos podemos esquecer que só recebem esta devolução de 0,5% dos 5% do IRS que é entregue ao município, as famílias que pagaram IRS e mais de 50% das famílias no nosso país e certamente também no nosso Concelho de Almada, têm tão baixos rendimentos que não chegam a pagar este imposto.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Em síntese com o PS na Câmara Municipal de Almada e com o apoio do PSD, a política fiscal municipal prosseguida nestes dois anos, aumentou a desigualdade social no Concelho, já que o IMI baixou apenas para os senhorios e para as famílias com 3(três) ou mais dependentes e vai devolver-se uma pequena parte do IRS entregue ao Município, às famílias com mais elevados rendimentos.

Se com a CDU no último mandato se devolveram anualmente cerca de 830.000.00€ (oitocentos e trinta mil euros) a todas as famílias com habitação própria permanente no Concelho, com o PS na Câmara Municipal de Almada, no próximo ano vai devolver-se mais de 1,2 milhões de euros, mas apenas às famílias com mais elevados rendimentos e aos senhorios.

Se na política fiscal municipal, já todos percebemos quão opostos da CDU são os interesses que o PS em Almada defende, vejamos agora o que mostra a execução do Plano de Atividades e Orçamento do corrente ano e o documento das Opções do Plano e Orçamento para 2019.

Confesso que quando fiz a primeira leitura da execução do Plano de Atividades do corrente ano, tive dúvidas naquilo que os meus olhos viam.

Ora, a pouco mais de um mês do final do ano, a execução conjunta do Plano de Atividades e do Plano de Investimentos é de 53%, o que corresponde a uma despesa paga de 32.000.000.00€ (trinta e dois milhões de euros), quando a dotação aprovada foi de 61.000.000.00€ (sessenta e um milhões de euros).

Percebe-se agora os lamentos aqui trazidos, por representantes das Companhias de Teatro Amador e do Movimento Associativo, pelos cortes que estão a sofrer nos apoios do Município e pelos atrasos por parte da Câmara Municipal, nos pagamentos dos poucos compromissos que com eles assumiu.

Mas estes valores escondem ainda uma realidade bem pior, que é o facto de o Plano de Investimentos Municipais para 2018, ter neste momento sido executado em apenas 28%. Isto é, este Executivo propôs-se investir em 2018, cerca de 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros) e executou até agora apenas 5,7 milhões de euros.

Percebe-se agora a dimensão do retrocesso que estamos a viver no nosso concelho, com o PS na Câmara Municipal de Almada. Um verdadeiro desastre!

E percebe-se porque que é que o saldo de gerência em 2018 será à volta de 27.000.000.00€ (vinte e sete milhões de euros). Se não se investe e o Concelho está parado, é obvio que não há despesa e o saldo cresce.

Perguntar-se-á, porque é que isto está a acontecer? Este é o resultado da incapacidade do atual Executivo Municipal do PS com o PSD, em aproveitar o saber, a dedicação e a capacidade técnica dos trabalhadores do Município, mais preocupado que estava em proceder a uma autêntica caça às bruxas e em aprovar uma reestruturação orgânica, que permitisse afastar chefias de qualidade ímpar, mas que para seu azar tinham contribuído, no desempenho das suas funções, para a qualidade do trabalho desenvolvido pela CDU em Almada.

A preocupação com esta limpeza foi tal, que se desorganizaram os serviços, introduziram-se boys e girls a torto e direito na Câmara Municipal. (Já não se lembram do que há uns anos atrás, sobre esta matéria dizia o então Primeiro-Ministro António Guterres) e não houve capacidade para executar os investimentos nem as atividades que este mesmo Executivo programou.

Nunca se viu nada igual e tenho dúvidas que níveis tão elevados de paralisia se estejam a verificar em algum município de dimensão idêntica à de Almada.

Com este pano de fundo, um ano de retrocesso e completa paralisia dos serviços municipais, não só não acreditamos naquilo que se propõem executar em 2019, como em muitos casos não concordamos com o conteúdo dessas mesmas atividades e investimentos, para além de estarmos contra a política fiscal municipal que irão prosseguir.

Muitos e variados exemplos poderíamos dar da superficialidade, do irrealismo, da incoerência do documento em discussão. Apenas um exemplo para já: A afirmação que fazem de que em 2019 o PDM – Plano Diretor Municipal será aprovado, quando a Senhora Presidente da Câmara Municipal, já afirmou que todo o trabalho



até agora feito no sentido da sua revisão iria ser deitado fora, demonstra uma completa ignorância dos procedimentos legais que é necessário seguir e do trabalho que ter-se-á de desenvolver com muitas outras entidades, sejam elas organismos da Administração Central, entidades locais e populações.

Um ano depois de o PS ter ganho a Câmara Municipal de Almada, são já visíveis a olho nu os resultados dessa mudança.

De um concelho que com a CDU sempre pugnou pela autonomia do Poder Local e que manteve com os vários governos do país, uma relação franca e leal, mas em que a autonomia do Município nunca era beliscada, o Concelho de Almada, com o PS no poder, está hoje transformado num apêndice de Lisboa, num serviço desconcentrado do Governo, num território que cada vez mais vira as costas à Margem Sul do Tejo e se lança nos braços da capital. Esta gente, não sente, nem sabe, o orgulho com que os nossos filhos, muitos deles nascidos e criados em Almada, dizem hoje e dirão no futuro certamente, que são de Almada, são da Margem Sul.

Muitas foram as promessas que PS e PSD fizeram pelo Concelho, antes das últimas eleições autárquicas e que não deixaram certamente de ter influência nos resultados eleitorais. Agora cumpram-nas e um ano depois não continuam a invocar o passado.

Dirão que um ano é pouco tempo para cumprirem tudo o que prometeram. Sim é verdade, mas o problema não é esse, o problema é que não só não fizeram nada até hoje, como aquilo que fizeram foi destruírem o que existia e mais do que isso, um ano depois já retrocedemos anos, no trabalho que vinha a ser desenvolvido.

Querem fazer-nos esquecer as promessas que fizeram, mas nós estaremos cá sempre para o lembrar e simultaneamente mostrar que existe um caminho alternativo, que serviu e serve muito melhor os interesses de todos os Almadenses.”

6.6.2.2 - O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Orçamento e Opções do Plano refletem o caminho e as prioridades dos executivos autárquicos, no destino e na aplicação do dinheiro dos contribuintes locais, refletindo ainda as opções futuras de cada Concelho.

Cada Eixo, cada área, cada rubrica, cada euro, deve ser investido tendo em consideração os objetivos locais, devendo os mesmos ir ao encontro das verdadeiras necessidades dos seus munícipes.

Com o muito que há por fazer em Almada, o rigor e a exatidão nos gastos públicos, devem fazer parte dos procedimentos a adotar na construção do orçamento que hoje aqui se debate.

Urge assim, estabelecer metas, definir objetivos concretos e traçar um rumo que ambicione a tão desejada mudança que eleve Almada ao mais alto patamar dos Concelhos mais desenvolvidos do país.

Na apreciação que o CDS-PP faz ao Orçamento e às Opções do Plano para 2019, realça-se o seguinte:

Nota-se o interesse manifestado pelo Executivo em efetuar uma transformação significativa na melhoria do espaço público. O investimento que é atribuído a essa rubrica, deixa-nos esperançados que tenhamos em breve, um espaço requalificado onde se pode conviver e usufruir do espaço público, com segurança e comodidade, tornando-se ao mesmo tempo atrativo para as pessoas, ajudando ainda a economia local ou fomentando a atração de atividades lúdicas e culturais.

E é também na Cultura e na vertente histórico-cultural, que o CDS-PP olha para as Opções do Plano e Orçamento para o próximo ano, com a esperança de que Almada possa definitivamente ter uma Cultura para todos, sem sectarismos, sem proscritos ou mesmo por escolhas de gosto duvidoso que só servem para alimentar clientelismos.

A Casa da Dança, o Instituto da Arte e Tecnologia, tal como as novas dinâmicas da Casa da Cerca, são também esperanças de uma nova maneira de encarar a Cultura, numa Cultura para todos e ao alcance de todos. Não



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

esquecendo também Senhora Presidente da Câmara, que o CDS-PP irá continuar a pugnar para que se criem as condições adequadas, à criação da Casa do Artista Almadense que tanto os artistas almadenses ambicionam.

Já na área da Habitação e Requalificação, nota-se também um maior empenho e a possibilidade de uma estratégia de requalificação do parque habitacional no Concelho, tendo, contudo, em mente, que muito há por fazer desde a reconversão das várias AUGI, s, - Áreas Urbanas de Génesis Ilegal, os bairros de barracas, as casas devolutas e em mau estado de conservação, num Concelho que é identificado pelo IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, como o mais problemático do país em termos habitacionais.

Como tal, a isenção do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, durante três anos a cinco anos favor e em incentivo á reabilitação, entende o CDS-PP, que é um ponto positivo para ultrapassar o problema.

É necessário aproveitar os programas que o estado dispõe, ou venha a dispor para a reabilitação e conservação dos imóveis ou ainda sem dogmas ideológicos, encontrar e concretizar parcerias com privados para reabilitar o Concelho.

E preciso criar condições para fixar e atrair casais jovens, lembrando ainda a urgente necessidade da criação de uma residência universitária, tal como tem vindo a defender há muito a juventude Popular do CDS-PP, não esquecendo a urgência da reabilitação das casas aos mais idosos, muitas das vezes sozinhos, desamparados e sem soluções.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, lembrar ainda a necessidade de conservar de forma eficaz mais estradas e mais acessos, tal como a criação de um verdadeiro plano que aproveite as condições ímpares para desenvolver o turismo no Concelho, dinamizador da economia e criador de postos de trabalho.

Na solidariedade, a proximidade com o cidadão é fundamental para a criação de laços e potenciar níveis de vida com qualidade aqueles que menos têm, reduzindo a pobreza, aumentando o acompanhamento das famílias em risco e em dificuldades.

É fundamental ainda, aumentar os programas adaptados a curto prazo à resolução dos problemas sociais com que alguns cidadãos em Almada se deparam.

A educação, o emprego, o empreendedorismo, a saúde, o desporto e a juventude, entre outras, são eixos que merecem a nossa atenção, na certeza de olhar para os recursos com cautela, sabendo de princípio, que os mesmos são finitos. Os objetivos devem estar centrados nas grandes prioridades.

O CDS-PP em Almada, na senda da política positiva, reconhece a abertura por parte da Câmara Municipal para um diálogo conjunto e construtivo, com o objetivo de cimentar e agregar sensibilidades que por vezes parecendo tão distintas, são mais próximas do que aparentam. Fomentar e manter o diálogo constante, democrático e transparente, é essencial para prossecução dos objetivos diários no que respeita á condução das políticas locais em Almada.

Haverá divergências, com certeza que sim, formas de pensar por vezes distintas, contudo sabemos que se pretende atingir o mesmo fim. Para tal, o bom senso e a vontade de mudar saberá falar mais alto.

O CDS-PP reconhece a oportunidade, mas sobretudo essa vontade de mudar. Como tal votará favoravelmente as Grandes Opções do Plano para 2019.”

6.6.2.3 - O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Discutimos hoje o Orçamento para o nosso Município. No campo das políticas fiscais da receita, foram ontem tomadas importantes decisões para as quais, ainda que apenas afetem o período seguinte, não queremos deixar de dar algumas breves notas.

A Autoridade Tributária não disponibiliza informação financeira, nem tão pouco estatística, dados críticos para podermos aferir acerca da pertinência das escolhas efetuadas. Com efeito, não sabemos, entre outros dados



relevantes, quais são os intervalos de valores patrimoniais tributários dos imóveis do Concelho de Almada, como também não conhecemos os escalões de rendimento dos cidadãos, nem das famílias com 3 (três) ou mais dependentes para podermos aferir se a receita que deixa de ser obtida em IMI e em IRS está, ou não, a ser sobretudo transferida para pessoas e famílias remediadas ou mais carenciadas. Tão pouco temos dados para entender se são eficazes as medidas de estímulo ao arrendamento.

No caso dos incentivos às empresas, consideramos pertinente que se desenvolvam medidas no sentido de promover a criação de emprego no nosso Concelho. Assim esses investidores nos tragam práticas enquadradas com o progressismo económico que defendemos e que assenta no respeito por todos, condição única para a sustentabilidade que, não duvido, todos ambicionamos. Os atuais movimentos pendulares dos nossos concidadãos, para além dos custos ambientais e financeiros provocados, colocam ainda fortes constrangimentos na qualidade de vida das pessoas às quais são retiradas horas de convívio com as suas famílias ou de prestação de voluntariado para ajudar quem mais necessita.

Face ao exposto, entendemos, como habitual já em anteriores mandatos, validar as linhas gerais da política fiscal do executivo, numa ótica de ser a este que temos a possibilidade de pedir responsabilidades no caso de incumprimento ou de falha em políticas sociais, culturais, ambientais e de bem-estar animal, que consideramos essenciais.

No que se refere à despesa, temos várias observações e algumas questões. A mobilidade é para nós uma questão fundamental. O corrente ano traz a todos a esperança na conquista de um serviço de transportes públicos com custos mais acessíveis à generalidade das pessoas. O modelo prático de implementação não é ainda claro, sendo fundamental aumentar a oferta, em qualidade e percursos. A solução política é consensual e agrada a todos aqueles que defendem o transporte coletivo como meio prioritário de mobilidade para distâncias mais longas. Reconhecemos, no presente orçamento, o esforço necessário à concretização desta fundamental medida.

Vemos com interesse e satisfação, a previsão de intervenção em vias altamente carenciadas no nosso Município, como a Avenida do Mar, a Estrada Nacional 377 ou a Estrada Florestal, que atravessa uma zona que tem tanto de bela como de sensível. Esperamos que estas intervenções sejam acompanhadas da necessária implementação de mecanismos dissuasores de comportamentos de velocidade excessiva, particularmente importantes em zonas residenciais ou florestais. Também a intervenção nos parques do Centro Sul, carentes de ordenação e oxigénio, merece o nosso apoio.

Mas muito está por realizar neste campo. Almada continua a ter uma rede de ciclovias deteriorada e disfuncional, que para pouco mais serve do que para estacionamento automóvel. No que se refere aos percursos pedonais, o cenário não é mais animador.

Por outro lado, continuam a ser necessárias ações de sensibilização aos condutores para que, sempre que possível, não utilizem os passeios para estacionamento das suas viaturas pelo menos quando, com isso, condicionem a mobilidade de pessoas ou de carrinhos de bebé.

No imediato, continua a ser urgente lutar pela criação de mais meios, a abertura de uma segunda estação ferroviária no Concelho, a criação de um nó rodoviário na A2 que descongestione Almada, faltando ainda levar o metro de superfície até à Costa da Caparica, para assim ligar as duas cidades do Concelho. Não podemos, ainda, esquecer o abandono em que foi deixado o transporte fluvial.

Nas áreas do ambiente e sustentabilidade, agradam-nos as medidas de gestão e desenvolvimento do arvoredo urbano bem como as ações de sensibilização e controlo de pragas associadas que, acrescentamos, mais do que reativas, deverão ser preventivas. Neste particular, relembramos ter sido aqui aprovada uma recomendação do PAN acerca da criação e implementação de um Regulamento Municipal do Arvoredo em Almada, enquanto política orientadora de gestão e preservação do património arbóreo do Concelho, que consideramos ser relevante para as medidas enunciadas.

Também nos agrada a intenção de aprovar um novo PDM – Plano Diretor Municipal, indispensável que é também fazer a atualização de impactes ambientais na gestão e ordenamento do nosso território, num contexto radicalmente diferente do existente à data do anterior plano, no milénio passado.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Continuamos preocupados com o trânsito nos acessos às praias e com a bomba-relógio em que se transformou o estacionamento selvagem, em áreas altamente sensíveis do ponto de vista ambiental.

Também continuamos preocupados com a utilização de glifosato nas nossas ruas, para nós um problema de saúde pública que urge, no mínimo, monitorizar, sendo fundamental que se efetue um estudo que permita aferir acerca do nível de contaminação dos solos, do ar e da água do nosso Concelho.

Consideramos fundamental o incentivo a atividades que dinamizem o Município, que atraiam visitantes, mas não podemos deixar de recomendar que o seu planeamento seja efetuado com atenção à relação custo/benefício, onde na componente do custo não sejam esquecidas as externalidades negativas que, invariavelmente, nos fazem consumir aquilo que não é nosso, aquilo que pertence às gerações futuras. Porque o valor da solidariedade também deve ser praticado com aqueles que um dia tomarão nas suas mãos o mundo que lhes deixámos.

A habitação é um problema consensualmente assumido no nosso Concelho. Estão há muito identificadas áreas de intervenção urgente como o 2º Torrão, Terras da Costa, Quinta do Chegadinho ou ainda a do Rato.

Agrada-nos que esteja nas prioridades do Executivo a definição de uma estratégia que permita, com o apoio governamental, a intervenção tão breve quanto possível nestes locais.

Mas não podemos deixar de sublinhar algumas preocupações que têm de ser acauteladas. No caso da construção na Costa da Caparica, lembrar a elevada sensibilidade ambiental desta zona do território, já densamente povoada, considerados os riscos presentes e futuros que, todos sabemos, são crescentes, ninguém sabendo exatamente qual a sua magnitude.

A educação é um pilar essencial de qualquer sociedade. Saudamos o conjunto de medidas apresentadas e sublinhamos a necessidade de investimento em áreas fundamentais para que os mais jovens possam estar sensibilizados para as problemáticas sociais, mas também para as ambientais e para as relacionadas com o bem-estar animal, numa ótica una, integrada, onde o respeito por todos seja determinante no conhecimento da liberdade e dos direitos de cada um.

Não julgamos que o tema da Educação se esgote nos mais jovens. É transversal à nossa população que muito haverá a fazer nos temas que acima referimos. Porque a vida é feita de constante aprendizagem, os programas de sensibilização/educação, devem contemplar toda a população, adaptada nos seus meios, considerando os destinatários.

Na Saúde, insistimos na necessidade de dotar o Município de infraestruturas onde exista uma clara desadequação entre a oferta e a procura. A criação de Centros de Saúde é necessária e urgente.

Mas saúde é também alimentação. Foi por isso com agrado que verificámos estar prevista a criação de um projeto-piloto para a utilização de produtos locais de agricultura biológica na elaboração de refeições escolares.

Como importante será também providenciar à população, sobretudo aos mais jovens, os conhecimentos básicos de cultivo sustentável, fomentando o interesse por estas práticas, disponibilizando assim uma ferramenta elementar de sobrevivência.

Um Concelho solidário e inclusivo tem de ser para todos.

Aplaudimos a intenção de estabelecer condições de acesso universal aos espaços e à oferta cultural, nomeadamente pela inclusão da Língua Gestual Portuguesa e da áudio-descrição.

Agrada-nos a intenção de abertura de “Espaços Cidadão” em cada Freguesia do Concelho. Esperamos que esta seja uma forma de chegar a todos os nossos Cidadãos, sem esquecer aqueles que têm necessidades especiais.

Saudamos também as medidas previstas para o bem-estar animal, num Concelho onde, diríamos, estará tudo por fazer.

A criação da figura do Provedor do Animal do Concelho de Almada, permitirá ao Executivo contar com um parceiro de excelência na identificação e caracterização de necessidades, na recolha de informação sobre



problemas de mais urgente resolução, no aconselhamento de medidas concretas e efetivas para a resolução dos problemas. Estamos em crer, e assim esperamos, que possa também ser uma figura fundamental na referenciação de situações relacionadas com outros animais, que não apenas cães e gatos, que parecem permanecer arredados das preocupações do Executivo.

Consideramos essencial que o problema da sobrepopulação animal seja resolvido com recurso a uma estratégia que assente no estabelecimento de uma política de esterilização, que permita “estancar” a proliferação descontrolada de animais em todo o Concelho. Somos de opinião que este trabalho deve ser feito em parceria com as Associações, que conhecem o terreno e que têm real vocação para colaborar na solução, assim sejam dotadas dos meios competentes.

Mas não deixará de ser necessário um programa de sensibilização da população, de realização de campanhas de adoção e o investimento em infraestruturas capazes de acolher os animais e de equipamentos vocacionados para o seu socorro, conhecidas que são as dificuldades das Associações do Concelho, em lidar com o atual contexto.

A recente Lei, que proíbe o abate de animais, vem tornar ilegal uma prática que antes “apenas” era desprovida de ética. Um problema que, no nosso Concelho, não teve ainda uma dimensão avassaladora porque as referidas Associações esgotaram os meios que tinham (e os que não tinham) a salvar animais de uma morte certa.

Mas o cenário atual não é animador. Chegam-nos diariamente denúncias de casos ocorridos em escolas, parques de campismo e outros espaços do Concelho, onde as Associações não podem intervir. E mesmo estas lidam diariamente com dificuldades extremas, em acorrer a todas as solicitações que lhes são colocadas.

Face ao exposto, revemos no texto do presente Orçamento preocupações convergentes com as nossas. Ainda assim, seria para nós fundamental que o Executivo se pronunciasse acerca das seguintes questões:

O Orçamento de 2018 continha uma dotação de oitenta e cinco milhares de euros para protocolos a firmar com associações. Estando a respetiva rubrica orçamental em branco no corrente orçamento, existe algum valor previsto para este apoio, fundamental e reconhecido no texto do próprio orçamento?

Relativamente ao Centro de Acolhimento e Bem-Estar Animal, sendo uma obra fundamental e sucessivamente adiada pelos executivos camarários, para quando está previsto o seu início? Consideram, até lá, alternativa ou complementarmente, criar “abrigos-refúgio” que possam servir colónias de animais silvestres/não adotáveis e contribuir para a redução de conflitualidade social entre cuidadores e moradores?

Estando a questão das políticas de esterilização já identificada no anterior orçamento porque razão falhou a mesma em 2018? Que indicadores de desempenho estão previstos para que todos os intervenientes no processo possam ter conhecimento dos objetivos a atingir, dos meios envolvidos e dos esforços efetivamente desenvolvidos?

Estando disponíveis apoios governamentais à construção/reabilitação de centros destinados ao bem-estar animal, assim como à prossecução de políticas de esterilização, porque razão o executivo não recorreu às mesmas em 2018? Está previsto que o faça em 2019?”

6.6.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O processo de elaboração de um Orçamento, depreende uma definição clara das prioridades do Executivo para o investimento municipal. Não basta, por isso, distribuir alguns milhões por rubricas orçamentais importantes como a habitação ou a mobilidade e enunciar programas nacionais e da Área Metropolitana de Lisboa, que supostamente darão resposta aos problemas municipais.

Um Orçamento é também feito de receita, e relativamente à política fiscal temos divergências ideológicas de fundo. A opção de fazer de Almada o Município da Área Metropolitana de Lisboa com a Derrama mais baixa, ao mesmo tempo que se recusam a baixar a taxa do IMI pelo segundo ano consecutivo, é a aplicação de uma política



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

fiscal de direita, que protege mais os lucros que os munícipes e como tão perentoriamente afirmou aqui ontem a Senhora Presidente de Câmara, nem foi preciso o PSD convencer o Partido Socialista para estas medidas.

A votação de um Orçamento é o momento de avaliação global de um Executivo, não só pelo que fez relativamente ao que prometeu, mas do que promete relativamente ao que não fez.

O Bloco de Esquerda, nunca caucionará uma política de habitação, em que os despejos são uma incógnita. Os objetivos são vagos e a estratégia é desconhecida. Quando Almada é o terceiro Município do País com mais problemas de habitação, as prioridades da Câmara Municipal têm de ser claras para responder às necessidades básicas e imediatas dos almadenses. Quantas pessoas vai o Executivo alojar em 2019?

Também não podemos ser cúmplices de programas de arrendamento ou de estratégias municipais de transportes e mobilidade, em que desconhecemos a dimensão de participação pública e privada. Muito menos, quando esta Câmara Municipal não tomou nenhum posicionamento quanto ao fim da concessão da FERTAGUS e recuperação para a gestão pública.

Não sabemos o destino do FLEXIBUS, um transporte tão necessário que carece de investimento para o seu alargamento e melhoria. Nem o que vai acontecer ao Bus Saúde, que desde a primeira hora devia estar à responsabilidade da Câmara Municipal e não ter sido concessionado aos TST – Transportes Sul do Tejo.

E o problema é que que o mesmo se aplica a muitas áreas importantes da vida dos e das almadenses.

Este Orçamento permite quase tudo e a Câmara Municipal não está em condições de pedir o benefício da dúvida. Onde está o fim da precaridade das AEC,s – atividades de enriquecimento curricular? Os refeitórios públicos nas escolas? Onde estão os estudos sobre programas municipais de apoio ao arrendamento privado e arrendamento intergeracional prometidos no ano passado?

A Câmara Municipal, não está em condições de pedir o benefício da dúvida, quando o Vereador dos SMAS, se refere aos Munícipes como clientes.

A votação de um orçamento é ainda a avaliação do Executivo, relativamente às grandes escolhas que definam o rumo do País, a configuração do Estado, a visão sobre direitos sociais, sobre serviços públicos, sobre a democracia e sobre o papel do Poder Local. Neste aspeto só podemos repudiar a forma acrítica com que o Bloco Central Local, aceitou a descentralização de Competências imposta pelo Governo Central no Parlamento, que é na verdade uma Municipalização. Não tinha de ser assim. Outros Municípios fizeram diferente. Mas este Executivo aceitou um cheque em branco do Governo, mas nós não damos um cheque em branco a este Executivo.

Este foi um Orçamento de Gabinete que não deixou espaço para a contribuição dos munícipes e dos Partidos. E que também não integra nas Opções do Plano estratégias de democracia participativa.

Senhora Presidente de Câmara, o Bloco de Esquerda estará disponível como esteve, para compromissos que façam a diferença positiva na vida dos almadenses e das almadenses. Mas não estamos disponíveis para cheques em branco, muito menos a um Executivo do PS, PSD com esta execução orçamental e com estas opções fiscais temos um compromisso com os almadenses, e por isso iremos votar contra este Orçamento.”

6.6.2.5 - A Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós estamos aqui hoje a discutir aquilo que são as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o próximo ano. Este que será o segundo ano de mandato daquilo que é uma nova visão estratégica para o nosso Concelho. Um Concelho que durante quarenta anos, teve sempre a mesma opção, teve sempre a mesma visão e que claramente, nas eleições do passado dia um de outubro de 2017, os almadenses quiseram penalizar. E penalizaram, criando o Executivo que aqui se encontra hoje. Porque na democracia, as vitórias contam muito, e quem ganha governa, e quem governa toma as suas opções. E é o que este executivo está a fazer. Este Executivo quando entrou na Câmara Municipal, encontrou uma Câmara Municipal que tinha hábitos, bons ou maus, não vou sequer caracterizar, mas tinha velhos hábitos, velhos modos de funcionamento e que estava de alguma



forma habituada a trabalhar sempre da mesma forma. E que já era um pouco uma gestão quase corrente, porque os próprios trabalhadores de alguma forma, já sabiam aquilo que era para ser feito, porque o Poder Local instalado, também se foi habituando a deixar de alguma forma, de dar grandes orientações porque era continuar a fazer aquilo que se ia fazendo nos últimos quarenta anos. Quarenta anos esses, que tiveram quatro anos em que de facto, houve um grande decréscimo naquilo que foi o investimento nas pessoas deste Concelho. E por acaso, quarenta anos mais um, é exatamente, o tempo que eu moro neste Concelho. E senti, como muitos munícipes, como muitos almadenses, a diferença e o abandono a que este Concelho esteve no último Mandato. E isto tem de ser referido, e nem era preciso referir, porque as pessoas de Almada, a população de Almada, as pessoas que foram às urnas no dia um de outubro de 2017, fizeram questão de o referir. E isto, eu acredito, que custe ainda muito à bancada da CDU aceitar. Mas é uma realidade, e que terão de aceitar, a dada altura, nestes próximos anos que aí vêm. E enquanto continuarem a tentar mandar areia para debaixo do tapete, continuar constantemente a criticar um Executivo que está no poder há pouco mais de um ano, que esteve durante um ano a conhecer a casa, a organizar a casa, a estruturar a casa da forma que entende que deve ser a sua visão para o Concelho. Que é uma visão clara, que o PS tem há muito tempo e que tem agora a oportunidade de a implementar no Concelho. E é isso que os almadenses querem e foi isso que os almadenses nos pediram, no dia um de outubro de 2017. E é isso que vamos continuar a fazer. E quanto aquilo que são os valores orçamentais, aquilo que é a execução, eu queria só deixar aqui e estamos a falar de realidades totalmente diferentes, todos nós sabemos que nos ciclos eleitorais, e execução orçamental no primeiro ano de mandato, que é um pouco um ano de conhecimento e organização daquilo que são as estruturas organizacionais de uma qualquer entidade ou de uma qualquer empresa, são sempre valores mais baixos do que aquilo que são nos anos seguintes. E isto é normal numa autarquia, num governo, numa empresa, até mesmo numa casa. É perfeitamente natural. E tanto é natural, que eu vou dar aqui nota daquilo que um Executivo da CDU, que em 2013 tomou posse, em que só um único membro do Executivo alterou, em que não houve alteração imediata de dirigentes, como também não houve neste Mandato, é bom que fique claro, não houve alteração de dirigentes de imediato nesta Câmara Municipal, assim que o Partido Socialista tomou posse. Houve, quando foi feita a reestruturação, da mesma forma que no anterior Mandato, também vieram pessoas, imagine-se, de fora do Concelho, que não conhecem esta Terra, que não sabem o que é que esta Terra é, e também vieram para cá, para cargos dirigentes na Câmara Municipal, porque certamente, o anterior Executivo reconhecia neles a competência, a lealdade que era necessária para desempenhar os cargos, e estava no seu direito, como este Executivo também o tem.

Mas, em 2014, e quando o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, fala dos valores do investimento, que estamos a deixar o investimento cair, mesmo após as explicações da Senhora Presidente de Câmara, de lhe explicar com toda a clareza, de que o plano de investimentos da CDU para o Concelho, não foi ratificado pelos almadenses, e, portanto, os almadenses querem outros investimentos, querem outras plataformas, querem outras infraestruturas, que não aquelas que a CDU tinha para apresentar e que estavam planeadas. Mas vamos aos números, já que o Senhor Deputado Municipal gosta muito de números, eu nem tanto. Em 2014, a execução em investimento da CDU, no primeiro ano do mandato da CDU, foi de 11,9 milhões no final do ano. 11,9 milhões. Este Executivo, que entrou na Câmara Municipal pela primeira vez, que tem seis Vereadores Executivos, que são Vereadores Executivos pela primeira vez, já está em novembro com uma execução de 10,6 milhões. E, portanto, quanto a isto, não sei aquilo que se passou em 2014, não era autarca deste órgão na altura, mas também alguma coisa se há-de ter passado. Portanto, não consigo compreender sequer, porque é que estamos aqui a discutir aquilo que são os investimentos estratégicos que esta Câmara Municipal tem, e em quanto tempo é que eles conseguem implementar. E diz também o Senhor Deputado Municipal, que este Orçamento e estas Opções do Plano, nada têm a ver com aquilo que foi o programa do Partido Socialista. E isso não corresponde à realidade, de todo. De todo. O Senhor Deputado Municipal, pergunta: onde é que estão as artes? Onde é que está a investigação? Onde é que está a criatividade que tanto prometeram? O nosso programa eleitoral, defendia efetivamente a criatividade, a investigação, as artes, que é aquilo que também está espelhado nestas Grandes Opções do Plano. E o grande investimento, e a grande novidade que estas Grandes Opções do Plano nos trazem, é aquilo que os Senhores nunca conseguiram fazer por falta de vontade, por falta de estratégia, por falta de qualquer outra coisa, que é a recuperação do Presídio da Trafaria, através de uma pareceria estratégica com a Universidade Nova de Lisboa, que foi aquilo que os Senhores nunca conseguiram fazer. Não tinham visão para



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

conseguir encontrar parceiros, que conseguissem potenciar aquilo que é o património, neste caso património municipal. E os Senhores Deputados Municipais e os Senhores Vereadores da CDU que aqui estão, sabem perfeitamente que aquilo é um edifício que há muitos anos está prometido e está criada a expectativa em todos os almadenses, de reabilitar aquele espaço e entregar aquele espaço aos trafarienses, aos almadenses. E, portanto, mais do que um edifício histórico e com memória devoluta, é importante efetivamente criar, reabilitar, e criar novas memórias até para os mais jovens, e trazer a criatividade para o Concelho e para territórios do Concelho que nunca foram olhados. Nunca se olhou para territórios do nosso Concelho. Era sempre tudo muito concentrado e havia pequenas pontas que sempre ficaram de fora. Sempre ficaram de fora. E, portanto, Senhor Deputado Municipal José Lourenço, não nos venha falar do 2º Torrão nem das Terras da Costa, não nos venha falar disso, porque que eu saiba o 2º Torrão já existe há muitos anos, não é que eu saiba, tenho a certeza. Ele já lá existe há muitos anos. E, portanto, estranho a vossa súbita preocupação com os territórios do 2º Torrão e das Terras da Costa. Não sei porquê, nunca vi da parte do Executivo anterior ou dos outros anteriores, qualquer preocupação para com aqueles territórios. Mas já vi empenho e esforço, por parte deste Executivo, em resolver e em tentar pelo menos melhorar as condições de vida daquelas gentes que são deploráveis. Mas já houve alguns avanços, já há pelo menos famílias que não estão um ano à espera que chegue o inverno e com receio que não vão ter luz. Porque este Executivo conseguiu, juntamente com outros parceiros e junto da EDP, dar esse passo. Pode não parecer muito para quem está confortavelmente sentado em casa, mas para quem está no 2º Torrão, se calhar é o essencial. Mas é claro, que para os Senhores Deputados/as Municipais da CDU, é uma coisa de somenos. E quanto às políticas fiscais Senhor Deputado Municipal José Lourenço, e acho que já ontem falamos aqui disto, mas é sempre importante lembrar. Que, não consigo sequer compreender, como é que um Deputado da CDU ou neste caso todos eles, são contra a devolução do IRS aos munícipes. E esse argumento de que, só os mais ricos é que pagam IRS, temos aqui um bocadinho de ver o que é o conceito de pessoa rica. Porque não me venha dizer que uma pessoa que recebe 700€ (setecentos euros) por mês, é rica. Não é. Essa pessoa paga IRS, e essa pequena devolução, mesmo que sejam vinte, trinta, cinquenta euros, vai-lhes fazer muito mais falta, do que se calhar a devolução de mil ou dois mil euros a qualquer outra pessoa. Mas medidas quando são tomadas, é como o sol Senhor Deputado Municipal, as medidas quando são tomadas são para todos. São para todos aqueles que são abrangidos por esta medida. E todos os que são abrangidos por esta medida, não são assim tão poucos, são muitos Senhor Deputado Municipal. Não são aqueles que nós escolhemos, são muitos Senhor Deputado Municipal. A baixa no IMI também só ia beneficiar aqueles que são proprietários de casa, não ia beneficiar por exemplo, nenhum cidadão que mora no 2º Torrão, mas esses não interessam, não é? Esses não interessam.

Para terminar e muito rapidamente, Senhora Presidente de Câmara, queremos dar-lhe os parabéns pelas Grandes Opções do Plano e Orçamento que aqui nos apresenta hoje, temos a certeza que com este Plano e que o futuro para Almada será muito melhor, para os almadenses como eu, há mais de quarenta anos nesta terra, será certamente muito melhor. E, portanto, aquilo que nós precisamos é de facto, de convicção, de foco, e que é aquilo que este Executivo tem demonstrado e que irá continuar a demonstrar. E isto não há muito que saber, há um programa eleitoral que foi ratificado por todos os almadenses que o quiseram fazer, no dia um de outubro de 1017, e, portanto, há que seguir esse caminho, porque Almada pode ser a terra que todos preferem.”

6.6.2.6 - O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há pouco mais de um ano os Almadenses tomavam contacto com o lema “Almada Pode”, que marcou a campanha eleitoral do Partido Socialista (PS) em Almada. Um ano e pouco passado, e dois – sublinho dois – orçamentos e planos de atividades, podemos hoje dizer que afinal com o Partido Socialista Almada não pode, com o Partido Socialista Almada perde!

Perde, em primeiro lugar, pela forma como estes documentos foram elaborados: com a recusa da maioria em ouvir e fazer participar no processo de construção destes documentos tão importantes da vida do nosso Concelho todos os eleitos na Câmara Municipal, e todas as forças políticas representadas na Assembleia



Municipal sem vereadores, ao que prece pelas notícias hoje mesmo chegadas até nós, com uma única exceção relativamente a uma força política representada nesta Assembleia Municipal.

Perdemos um património de transparência no exercício da democracia participativa, que tinha sido ganho nos quatro anos do anterior mandato, como por exemplo nos Congressos Almada.

Perde, também, quando estes documentos, com a complexidade e dimensão que os caracteriza, são levados ao conhecimento dos vereadores não executivos apenas na madrugada do sábado anterior à sua votação e decisão na quarta feira seguinte.

Perde, ainda, quando para além do atraso, os documentos chegam de forma pouco cuidada, desorganizada, repletos de inúmeros e incompreensíveis erros e omissões, incompletos alguns, outros objeto de alterações a escassas horas do início do debate político na Câmara Municipal.

Senhores e Senhoras Deputados/as Municipais,

Almada e os Almadenses perdem também no conteúdo, nas atividades e nas ações propostas, sobretudo por tudo o que deixa de afirmar relativamente às metas a atingir para uma real melhoria da qualidade de vida dos Almadenses.

Destacamos:

A Cultura merece na introdução um simples parágrafo, que conclui pela ambição – é assim que é escrito – de *“restabelecer Almada como uma capital da criação cultural”*.

No Plano apenas emergem três propostas:

- A criação de um “Instituto de Arte e Tecnologia” no antigo Presídio da Trafaria;
- A criação da “Casa da Dança”, parceria com um projeto externo ao Município – e aqui justifica-se uma pergunta: como foi ou está a ser articulada esta ideia com a extraordinária capacidade instalada e em plena atividade na área da dança em Almada?
- E a criação da Casa do Associativismo, perguntando-se aqui também qual a participação do ativíssimo e pujante Movimento Associativo Almadense no desenvolvimento desta ideia.

Ainda assim, nenhuma destas propostas é detalhada; não sabemos, na verdade, ao que vamos.

Na Cultura, área de intervenção afirmada pela candidatura do PS, parece ter-se esfumado nestas opções o ânimo que marcou os momentos de afirmação da candidatura.

A Juventude, conhecida em Almada pela dinâmica, combatividade, irreverência e nível elevado de participação social e cultural – não conhece no documento mais de sete linhas, para referir três “projetos” juvenis – dinamização do Conselho Municipal de Juventude, implementação do Orçamento Participativo Jovem, e desenvolvimento de projetos de ocupação de tempos livres, todos eles pré-existentes a esta proposta de Opções do Plano e sem desenvolvimento dos projetos.

O Desporto, também conhecido em Almada por uma extraordinária dinâmica, com resultados de excelência na formação e na competição em diversas modalidades –, para além da continuidade de projetos, atividades e ações com largos anos de tradição em Almada, nada mais se propõe.

Até porque, cito, *“um Ciclo de Conferências que deverá converter-se, a final, um órgão de consulta permanente para apoio na definição da estratégia para o desenvolvimento desportivo em Almada”*, é francamente insuficiente.

Sobre a habitação, outra das enormes bandeiras içadas pelo PS na campanha eleitoral, afirmou-se e reafirmou-se que com o PS os problemas da habitação se resolveriam rapidamente. E afirmou-se mais, que essa solução de problemas apenas não aconteceu por incapacidade ou falta de vontade da maioria CDU.

Para quem assim pensava e afirmava, a proposta que discutimos constitui uma verdadeira decepção. Limita-se a um conjunto declarações de intenções, ainda assim relativamente escasso. Acresce que quando se propõem



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

soluções dos problemas se deve conhecer o estado real das coisas, não serve de desculpa dizer que se vem conhecer a casa.

Ainda em matéria de habitação, esta proposta de Opções do Plano nada diz sobre as intenções de realojamento da população do Bairro das Terras da Costa, iniciado pela CDU no mandato anterior, não se vislumbrando a sua continuidade. Nada diz igualmente sobre o processo de realojamento das pessoas residentes no Bairro do 2º Torrão.

Concluindo a referência às questões de habitação, reforça-se a nossa preocupação com o facto desta proposta amarrar o Município a dois processos recentemente lançados pelo Governo da República, que mais não são do que a transferência de responsabilidades e encargos para as autarquias locais, responsabilidades legais e constitucionais que cabem ao Estado Central, num domínio tão importante da vida das pessoas como é a habitação.

Sobre as questões da mobilidade, a proposta nada diz sobre a exigência de abolição das portagens designadamente na A33, sobre a necessidade de abertura de um nó de ligação entre Corroios e a Cruz de Pau na autoestrada A2, como nada diz, ainda, sobre a transformação da praça do MFA em rotunda de modo a facilitar a circulação no centro de Almada.

Ainda nesta matéria, e sobre a situação na Transtejo que ontem abordamos, a principal questão que se coloca, e com a qual é nossa profunda convicção que concordamos, é a necessidade de desenvolver todos os esforços no sentido de inverter o processo de degradação do serviço público promovido pelo anterior Governo do PSD/CDS-PP naquela empresa, que tinha como objetivo justificar que outros pudessem almejar pretensões a substituí-la no serviço público que presta.

O processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), que estava em vias de conclusão há pouco mais de um ano no final do anterior mandato, perde qualquer tipo de expressão concreta e objetiva nesta proposta de Opções do Plano.

A proposta de Opção do Plano para 2019, e sobre o Plano Diretor Municipal de Almada a proposta revela a mais absoluta ausência de estratégia e clareza quanto aos objetivos relativamente a este instrumento fundamental da gestão do Município, também aqui Almada e os Almadenses perdem com o PS.

Permitam-me um parêntesis, A Câmara Municipal de Almada não pode concluir uma coisa que está concluída há vinte anos, está publicado em Diário da República e está em vigor. Mas, nas Opções do Plano diz-se três coisas diferentes relativamente ao Plano Diretor de Almada – PDM. A primeira é que se vai concluir o Plano Diretor Municipal de Almada. A segunda, é que afinal o Plano Diretor Municipal de Almada está em vigor há vinte anos, e a terceira é que se vai aprovar um novo Plano Diretor Municipal de Almada. É isto que se diz nas Opções do Plano para 2019.

Sobre as Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), o vazio é igualmente preocupante. Nesta importante área de intervenção, onde no mandato anterior, se consolidaram processos de reordenamento territorial em áreas muito significativas, não se prevê nas opções a estruturação do necessário trabalho apontado à resolução do problema. Para 2019, este objetivo é traduzido numa frase simples na introdução, cito: *“abordagem estruturada e programada das AUGI”*, apontando-se nas opções para, cito novamente: *“revisão do regulamento municipal, a fim de criar condições de legalização dos processos de construções nas AUGI”*.

Relativamente à Educação, para além da manutenção dos inúmeros projetos e atividades que vêm de trás, a proposta para 2019, e ainda que apenas ao nível do orçamento, integra compromissos de construção de um pavilhão na Escola Secundária Francisco Simões e a introdução do ensino secundário na Charneca de Caparica, ambas antiquíssimas reivindicações das populações e dos autarcas do nosso Concelho, mas que constituem competências do Governo Central.

Facto que nos leva a uma pergunta objetiva: a Câmara Municipal de Almada já negociou a transferência de competências da administração central para a autarquia, conforme garantiu que faria na Sessão Extraordinária desta Assembleia onde esta questão foi amplamente debatida?



Se já negociou essa transferência, por que razão não trouxe a esta Assembleia Municipal essa negociação e os seus resultados, conforme compromisso firmemente assumido na mesma Sessão Extraordinária desta Assembleia Municipal?

Se ainda não negociou essa transferência, como se permite assumir nos documentos previsionais do Município para 2019, o compromisso de execução de ações e atividades que são da competência da administração central, como as que acima referimos?

Sobre as Freguesias, estas Opções do Plano indiciam que a relação entre o Município e as suas Freguesias visa transferir competências e responsabilidades sem os meios adequados, colocando as responsabilidades de competência da Câmara Municipal nas Freguesias, conforme se depreende da afirmação, cito: *“Almada pode descentralizar mais competências para as freguesias, cumprindo com as obrigações legais e protocoladas”* é rigorosamente tudo quanto nos é dito e proposto.

Sobre os Recursos Humanos do Município, não se diz mais do que duas linhas, e volto a citar: *“A área dos recursos humanos merecerá uma atenção muito particular, confiando-se plenamente na capacidade e empenhamento dos trabalhadores da CMA e promovendo-se uma política de formação e valorização profissional”*.

Concluindo, Senhores/as Deputados/as Municipais, a CDU entende que estas propostas de Opções do Plano e Orçamento para 2019 são manifestamente insuficientes.

Não promovem, e muito menos garantem, estão mesmo muito longe disso, a continuada melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos Cidadãos que vivem e trabalham no nosso Concelho.

Constituem, ao contrário, o desbravar de um indesejado e indesejável caminho de retrocesso relativamente ao desenvolvimento e progresso alcançados ao longo de quatro décadas pelo Poder Local Democrático.

Não encontramos, por isso, razões objetivas senão para expressar a nossa rejeição deste caminho que, a ser concretizado, corresponderá a uma pesada perda para todos os Almadenses.

Por todas estas razões, a CDU votará contra esta proposta.”

6.6.2.7 – Para prestarem esclarecimentos usou ainda da palavra a Senhora Presidente da Câmara:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero só responder muito brevemente às perguntas que me foram dirigidas pelo Senhor Deputado Municipal João Gerales.

Senhor Deputado Municipal, não se pode negociar delegações que não estão sequer ainda publicadas. E como sabe, os diplomas setoriais da Delegação de Competências, estão a ser publicados neste momento. E os Municípios têm sessenta dias para se pronunciarem. E ao contrário do que os Senhores diziam, não, não há uma transferência direta para os Municípios, sem a vontade expressa dos Municípios e sem as negociações com os Municípios. E, portanto, nessa questão esteja descansado, qualquer decisão que seja tomada, tem que vir aqui a esta Assembleia Municipal. Portanto, não vale a pena continuar com essa ideia um pouco fantasmagórica, que nós estamos a negociar com o Governo delegações de competências, quando estamos humildemente como todos os outros Municípios, a receber os diplomas conforme eles vão sendo publicados, a estudá-los com muito cuidado, e depois tomaremos as posições, nos prazos necessários que a Lei nos exige tomar a posição. Portanto, essa questão espero que fique resolvida.

Relativamente às Freguesias. Sim, nós consideramos que podemos delegar mais competências, mas para isso é preciso negociar com as Freguesias. Temos na nossa Ordem de Trabalhos dois pontos onde negociamos mais competências e um reforço de competências com duas Freguesias, as outras Freguesias não se mostraram disponíveis para o fazer. Nós negociamos com as Freguesias que queiram mais competências e negociar connosco. Agora, uma coisa é certa, em 2021, as Freguesias terão que assumir, por Lei, mais competências do que aquelas que têm hoje. A nosso ver, era bom que nós todos nos fôssemos preparando para 2021 e que fosse



progressivo, mas cada um e cada Presidente de União de Freguesias ou da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, saberá como gerir a sua Autarquia.

Eu não vou comentar muitas das coisas que foram aqui referidas. A Senhora Vereadora Francisca Parreira, quer também dar um esclarecimento sobre as AUGI, s – Áreas Urbanas de Génese Ilegal, e sobre os protocolos com as Associações, sendo que não está tudo definido, mas estará na revisão, sendo que há uma parte dos protocolos que serão assinados ainda este ano, mas isso depois a Senhora Vereadora poderá esclarecer.

Há só uma coisa que me espanta e quase me indigna. É uma deriva no discurso dos Deputados Municipais da CDU, que começa com expressões como: “esta gente”, “esta gente que vem de fora, esta gente que vem estragar o que é nosso”. Eu cresci a olhar de facto para os valores, neste caso não era CDU, era do PCP, de outra forma, que eram os valores da abertura, que eram os valores da universalidade, até da internacional, está a perceber? E, portanto, esse seu discurso, e este discurso agora repetido, e até um discurso que ouvi noutra dia, numa praça pública, a dizer: “essa gente que vem de fora”, soma outros discursos, que também já ouvi por outras forças políticas, que eu pensava que eram muito longe dos Senhores. Mas pelos vistos os Senhores estão cada vez mais a tomar esta atitude de fechamento, achando que vamo-nos fechar aqui entre nós, e cuidado com os que vêm de fora, o outro, o que vem de fora. Eu nem vou comentar os boys e as girls, isso aí então, acho uma coisa extraordinária, posso-lhe dar a minha árvore genealógica para ver se há algum, primo, cunhado, genro, sobrinho meu na Câmara Municipal, se quiser, mas certamente haverá alguém da sua família nalgum sítio. Eu essa parte não vou sequer comentar, acho que lhe fica mal. Sinceramente, acho que mais uma vez que lhe fica mal. Eu posso lhe garantir que nunca, nunca, nenhum dirigente que tenha entrado agora, eu lhe pedi qual era a sua filiação partidária. Nunca o fiz, e nunca o farei. Nunca o fiz, e nunca o farei. Nunca perguntei a nenhum dirigente e muito menos aos que continuam. Há uma questão que eu vou deixar muito clara. Nunca o fiz, nunca o farei e nunca escolhi alguém por ser do partido a b ou c. E mais ainda, nunca excluí alguém por ser do partido a, b ou c. E isso é um insulto, um insulto para todos os trabalhadores da Câmara Municipal, que estão a trabalhar, que continuam a trabalhar, todos os dirigentes que continuam a trabalhar, e que eu não sei, nem quero saber qual é a sua filiação partidária. E só o Senhor Deputado Municipal, levantar essa questão, já diz muito sobre a sua própria prática e sobre a própria prática da CDU nestes últimos quarenta e um anos.”

6.6.2.8 - A Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A discussão já vai longa, muita coisa já foi dita aqui, eu queria apenas tocar nalguns pontos, alguns já mencionados outros não, mas que nos parecem particularmente importantes, nomeadamente, as matérias que têm a ver com aquilo que já se verifica neste primeiro ano de mandato, mas que terá um reforço significativo no próximo ano, da intervenção no espaço público, da melhoria do espaço público, que como todos sabemos, é sempre um elemento muito importante para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, para lhes permitir desfrutar em melhores condições, daquilo que são os espaços verdes e as formas de tornar as cidades, sobretudo quando estão na periferia de grandes cidades e com os movimentos pendulares, para transformar estes espaços em mais do que dormitórios e em cidades com verdadeira vida.

Há também uma aposta muito significativa, na melhoria das condições do serviço público, já foi aqui referido, já não me recordo exatamente por quem, com a criação de espaços do cidadão, nas Freguesias mais próximas das pessoas, que é especialmente importante para aqueles que tenham mais dificuldade em se deslocar e terem acesso aos serviços municipais de proximidade. Mas, também a questão da importância da relação de respeito e confiança com os trabalhadores. Nomeadamente, com intervenções, algumas já feitas, outras programadas, em instalações, e tivemos ao longo deste último ano, conhecimento de muitas instalações absolutamente degradadas, sem condições mínimas para os trabalhadores, sem casas de banho, sem balneários em condições, em que as pessoas trabalhavam em situação que era uma verdadeira ameaça à sua saúde, à sua segurança, e aqueles padrões de conforto que todos têm o direito a ter no seu local de trabalho, tem sido feito trabalho sobre isso e continuará a ser feito.



Também na questão do SIADAP – Sistema Integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho na Administração Pública, da avaliação dos trabalhadores, que é um direito que têm, que sabemos que havia problemas com a avaliação no passado, há também o compromisso de fazer esta avaliação dos trabalhadores, para que eles possam ter condições de prosseguir nas suas carreiras.

Falamos também já aqui ontem, e hoje voltou a ser referido, das opções fiscais, já ontem tive a ocasião de expressar a posição do PSD sobre esta matéria, mas continuamos a defender a importância de uma medida que é a devolução aos munícipes de parte do IRS – Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares, e aí estamos de acordo com a intervenção que foi feita aqui pelo Partido Socialista, que de facto, para os cidadãos, para as pessoas que receberem mais IRS, pelo facto de a Câmara Municipal ter tomado esta decisão, seguramente, não parecerá uma má decisão, e os euros que lhes forem devolvidos, seguramente não serão mau vindos. No caso do IMI – Imposto sobre Imóveis, sabemos naturalmente que o ideal era que o IMI descesse, julgo que é essa a intenção do Executivo quando houver condições, o PSD claramente defende essa possibilidade, mas deixem-me dizer Senhores Deputados Municipais da CDU, que descer a taxa do IMI, tem um impacto até particularmente mais relevante para as casas mais caras e para as pessoas mais ricas, o que me parece demonstrar alguma incongruência na posição aqui expressa pelos Senhores Deputados Municipais.”

6.6.2.9 - A Senhora Deputada Municipal Débora Rodrigues (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu gostaria de focar aqui dois aspetos que me parecem bastante importantes nestas Grandes Opções do Plano, neste Plano de Atividades e Orçamento que a Câmara Municipal aqui hoje apresenta.

Um deles é a criação de residências para estudantes do ensino superior, já falamos muito de habitação, mas este também é um ponto muito importante na habitação, é uma preocupação do Partido Socialista, seja no Governo, seja aqui no Executivo Camarário, e também é um meio de garantir o acesso ao ensino superior. Esta medida parece-nos de especial importância porque vem no seguimento das novas medidas de políticas de habitação que o Governo também tem implementado, e de alguma forma reconhece-se que o acesso à habitação no caso dos estudantes do ensino superior, também não tem resposta e não tem resposta no nosso Concelho. É importante, que de facto, este Executivo tenha planeado uma medida desta dimensão que permita assegurar aos estudantes do ensino superior do nosso Concelho, que tenham alojamento, alojamento condigno e alojamento a preços acessíveis, que hoje é cada vez mais difícil, e felizmente o Concelho de Almada tem algumas instituições de ensino superior, e temos também que olhar para essas preocupações, garantindo que estes estudantes se mantêm a estudar no ensino superior em Almada.

Por outro lado, gostaria também de salientar uma outra medida que aqui já foi referida, e que marca bem a diferença do Executivo atual do Executivo da CDU, que é a questão de se desenvolver com a Universidade Nova de Lisboa, o projeto do Instituto de Arte e Tecnologia no antigo Presídio da Trafaria. Este imóvel estava devoluto, não era acessível a nenhum dos cidadãos de Almada, e a CDU nunca fez nada para o recuperar. Portanto, hoje é importante perceber que nestas Grandes Opções do Plano a Câmara Municipal, tem uma medida concreta para este imóvel que estava devoluto, devolvendo assim, um imóvel que queriam preservar a memória e que deve ser preservada a sua memória, devolvendo a todos os cidadãos de Almada, para que possam usufruir neste caso, com esta pareceria com A Universidade Nova de Lisboa, para a instalação do Instituto de Arte e Tecnologia. E esta medida também marca uma política do Partido Socialista, que também tem sido feita no Governo de devolução do património imobiliário público devoluto que existe por todo o país, e Almada também e, portanto, é bastante importante que o Executivo Camarário tenha previsto esta medida.”

6.6.2.10 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Naturalmente tomo a palavra para dois pequenos esclarecimentos. Um que tem a ver com a intervenção do Senhor Deputado Municipal Artur Alfama do PAN, que refere a necessidade de apoiar as Associações que contribuem diariamente e no âmbito da atividade que é desenvolvida pelo Serviço Veterinário Municipal, hoje que não tutelou, com sabe, que está sob a responsabilidade do Senhor Vereador Nuno Matias, mas dossier



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

relativamente ao qual tive responsabilidades anteriores, e posso desde já dar nota de alguma evolução destes processos, pelo menos enquanto tutelei esta competência que me estava delegada pela Senhora Presidente de Câmara.

Dar nota que, durante pelo menos cinco meses, tivemos um processo de diálogo e partilha com as Associações existentes no Concelho, no sentido de irmos a protocolar, um apoio financeiro, que dotasse estas Associações, de mais e melhores recursos para poderem gerir também a sua atividade, numa atitude de colaboração, em que as Associações parceiras, contribuiriam também, para o processo de esterilização em massa, que é aquilo que efetivamente virá a resolver os reais problemas do Concelho de Almada, relativamente à política de bem-estar animal e de tratamento também da problemática associada a essa mesma política de bem-estar e associada a proliferação de animais tendencialmente abandonados e animais que não estão tratados e que precisam e devem ser cuidados. Dar-lhe nota que para além da envolvimento das Associações, com quem fizemos um percurso de grande partilha, tivemos também o cuidado de envolver, naturalmente, as forças políticas que têm preocupações nesta área e com esta temática e para além do mais, outras Associações que nos poderão ajudar, e também a Autoridade Veterinária Municipal que tendencialmente no âmbito da sua atividade, tem algumas preocupações quanto a esta matéria.

Dar-lhe nota que percebemos ao longo deste caminho, que foi um caminho muito maturado e muito estudado, os protocolos estão feitos, quer vistos e validades juridicamente, que seria ao final, quer negociados com as próprias Associações, percebemos que também da parte das Associações alguma fragilidade para a assunção de responsabilidades. Ou seja, as próprias Associações, e este é o meu sentir, passei o dossier ao Senhor Vereador Nuno Matias que terá agora que o trabalhar, o nosso sentir é que de facto as Associações, para além do firmar destes protocolos, e da perceção do dinheiro e da receita que irão receber, precisam de outro tipo de apoio para a sua própria organização. Ou seja, trouxeram já no final, de boa fé naturalmente, e também assumindo a sua incapacidade co organizacional, e financeira, trouxeram-nos preocupações quanto à organização. Vou ser mais clara, não basta firmar um protocolo, ou dar e atribuir um valor financeiro, há regras, há regras e há também deveres e obrigações de ambas as partes a cumprir. E naturalmente, as organizações e associações não têm ainda uma estrutura organizacional do que percebemos, que lhes permita em todos os momentos organizar contas e prestar contas. E, portanto, precisamos aqui de lhes dar também, ao nível do caminho que temos para percorrer, algum apoio, algum conforto, porque elas também não se sentem muito à vontade, para firmar protocolos sem terem essa sustentabilidade financeira, organizacional e económica.

Algo diferente ocorre com o atual Canil da Aroeira, em que está tudo encaminhado e bem encaminhado, para que a negociação que tivemos com esta entidade, possa prosseguir e levar ao firmar dos protocolos até ao final do ano.

Acresce que, está a ser desenvolvido o projeto do CRO, o novo Centro de Recolha Oficial, e temos intenção de criar a figura do "Provedor Animal". Isto é o que lhe posso dar nota que foi também transmitido na transmissão de pasta ao agora responsável que tutela esta matéria, e, portanto, creio que estamos num caminho profícuo, ou profícua atividade, no próximo ano 2019, e naturalmente, contamos também com a vossa visão e com as vossas preocupações e a vossa sensibilidade para estes dossiers, para podermos fazer um caminho que queremos, seja mais sustentável e seja também favorável quer para os canídeos, quer para os gatídeos, quer para as colónias de animais que temos no nosso Concelho, porque o bem-estar animal é também o bem-estar social.

Depois dar nota ao Senhor Deputado Municipal João Geraldês do seguinte: diz o Senhor e vou ser muito sucinta e breve, porque não quero estar a ocupar muito tempo da Câmara Municipal, diz que é escassa a informação ou é escassa tendencialmente aquilo que são as ambições deste Executivo Municipal para as AUGI, s – Áreas Urbanas de Génese Ilegal, Senhor Deputado Municipal, quero lhe dizer, só isto em relação às AUGI, s. Este Executivo Municipal criou uma Divisão de Gestão das AUGI, s, coisas que os Senhores não fizeram no passado. Este Executivo Municipal, trata de forma diferente aquilo que é diferente, e os Senhores desejariam da mesma forma, qualquer processo de AUGI e de lote destacado, não os diferenciando de outros tipos de processos. Olhe, Senhor Dr., o Senhor sabe tão bem quanto eu dado a sua formação específica, que existe uma Lei especial para



as AUGI,s e que o que é especial deve ser tratado de forma especial. E assim vai acontecer. E para o futuro, o Senhor cá estará para ver os resultados desse tratamento especial que os Senhores nunca quiseram dar, porque era a vossa opção política.”

6.6.2.11 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas duas divergências que eu reputo de importantes na leitura do documento e uma ou duas correções. Divergências com o Senhor Deputado Municipal João Geraldês, na sua intervenção várias vezes disse: “Relativamente a isto três linhas, relativamente aquilo quatro linhas, relativamente aquilo sete linhas”, e eu de facto não consigo avaliar um documento pelas linhas, porque há cinco linhas com conteúdo e textos inteiros com não dizem nada. Portanto, quanto a isso estamos conversados. Mas já agora, não é verdade o que disse a seguir. Mas ainda relativamente a este ponto eu gostava de exemplificar. Cada um puxa a brasa à sua sardinha e eu vou aqui para a Intervenção Social e Inclusão, e relembro, e devem ter disso bem nota porque, recebi esses textos, e conhecia-os porque já estava na Câmara Municipal, as Grandes Opções do Plano como estavam elaboradas, e se fossemos a esse capítulo, havia, mas umas dezenas se não chegasse às centenas de linhas. E eu perdia-me no meio daquelas linhas todas, reforçar, avaliar, aprofundar, e quando chegava ao fim já não sabia o que é que aquilo queria dizer. Temos um exemplo claro, de Grandes Opções do Plano e de um documento, expresso em muitas linhas, mas que não significava tanto assim. Não vou dizer que não significava nada. Não significava tanto assim. E eu agora contraponho-lhe, nas Grandes Opções do Plano, feitas e elaboradas neste documento, uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez linhas, e peço-lhe que analise o conteúdo na página doze dessas linhas. Isto é só para eu desmontar as afirmações que são feitas e a desvalorização que é feita em nome de linhas. Relativamente a isto penso que já chega para podermos comparar, o que eram linhas e o que é que são linhas sem conteúdo ou com pouco conteúdo (não vou dizer sem) e linhas com conteúdo. Não vou estar agora a ler, está na página doze, qualquer pessoa pode ler o que são os programas previstos, que dão coerência e sustentabilidade aquelas linhas todas, que estavam desarticuladas, que apareciam repetidas “n” vezes, não! Estão aí programas assumidos por nós e que podem ser avaliados por vós daqui a três anos. Não é agora, Senhor Deputado Municipal José Lourenço, não é agora, é daqui a três anos, quando terminar o mandato. Eu se quisesse, já podia ir a estas linhas e começar a dizer aqui o que é que foi feito, o que vai convergir para o conteúdo de cada uma destas linhas, que são curtinhas, mas que têm muito conteúdo, basta lê-las. Mas não vale a pena, acho que qualquer um que lê vai perceber.

Depois afirmou outra coisa que não é verdade: “Não há referências ao 2º Torrão”. Página doze, página treze. E de facto, está aqui a grande prioridade. A grande prioridade é o 2º Torrão e as Terras da Costa. Portanto, está aí clarinho, em duas vertentes, logo aqui nestas duas páginas. Na questão da habitação e na questão do Apoio Integrado, nos bairros quer do 2º Torrão, quer nas Terras da Costa. Do Apoio Integrado, de levarmos para lá a vida, de levarmos para lá coisas diferentes. Pormos lá qualificação, o emprego, o acesso mais fácil à Segurança Social. Isto é, capacitar as pessoas para elas poderem procurar ter um melhor nível de vida. Está aí. Não estou a inventar nada. Está aí.

Depois vamos à segunda divergência que tem a ver com a habitação. De facto, o Município não entende que a habitação seja uma competência do Governo. Não, não entendemos. Entendemos que a habitação, sendo o primeiro direito que concede todos os direitos de cidadania, tem que ser uma preocupação do Município que é o poder de maior proximidade. Tem que ser. E tem que encontrar os caminhos com o Governo, articulando com as novas políticas para a habitação, pois sim senhor, o Governo tem que nos ajudar, já fomos lá reivindicar isso várias vezes e vai ajudar às novas políticas, e vai ajudar-nos a nós e aos outros com certeza, mas a nós mais porque somos os que mais precisamos. Ou um dos que mais precisamos. E, portanto, nós iremos de certeza recorrer a tudo o que for possível, para efetivamente, procurar, começar a resolver este grave problema que Almada tem. É hercúleo dizer que vamos resolver em quatro ou três anos que faltam, não vamos. Se cá estivermos mais tempo, esperamos que sim, faremos caminho para no mais curto espaço de tempo, podermos efetivamente, poder responder a isto que eu considero que é a chaga social de Almada. Eu considero, tenho o pelouro, todos os dias sofro na pele os trabalhadores da Câmara Municipal, os que não trabalhadores, em cima



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de mim, que estão em listas onde são mil pessoas, para terem habitação. Eu não estou a dizer que a culpa é do Executivo anterior, não costumo fazê-lo e também não o estou a fazer, mas esta é a realidade que eu tenho e é sobre ela que eu tenho que me debruçar. E a questão que se coloca, é que, mesmo que o 2º Torrão não tivesse aqui claramente explícito, quando nós fazemos um diagnóstico de cerca de cinco mil fogos, é evidente, que esses cinco mil fogos que nós prevemos, que sejam necessários, só podem ter o 2º Torrão. Mas para nós 2º Torrão, Terras da Costa ou outros que existam e que nós estamos a levantar em situação de precariedade de habitação, são cidadãos de corpo inteiro. Não temos que estar a dizer estes são para o 2º Torrão, estes são para as Terras da Costa. Não. Há em Almada uma necessidade que varia entre os quatro mil e os cinco mil fogos. E lá estão todos aqueles que precisam, também o 2º Torrão, que durante muitos anos e eu estou aqui há pelo menos oito, eu nunca ouvi ninguém reivindicar dessa bancada tantas vezes o 2º Torrão. Nunca ouvi. Eu estou aqui há oito anos e nunca ouvi. Quero ser justa, e dizer que ouvi nos últimos tempos do último Mandato, nos dois últimos anos, ouvi de facto, até porque negociamos um protocolo com o 2º Torrão no âmbito do fornecimento de energia elétrica, que nós acabamos por concluir. O que está a ser neste Mandato é a concretização e os moradores que de acordo com o protocolo, que tinham que construir os muretes e não têm dinheiro para o fazer, somos nós que estamos a construí-los. E isso não estava previsto. E isso é que demorou e isso é que fez a demora. É que no protocolo que existia, era suposto que fossem os moradores a construir os muretes. E nós tivemos que ir fazer agora, à última da hora, porque se não chegávamos ao inverno e ficavam na mesma, porque eles não faziam os muretes. Mas eu queria fazer a correção que ia fazer, é quando eu digo que durante anos não ouvi falar no 2º Torrão, não ouvi. Até nem sabia onde era o 2º Torrão. Até há uns anos atrás, nos últimos dois anos ouvi falar no 2º Torrão e nas Terras da Costa. Mas foi nos últimos dois, três anos e o 2º Torrão existe há muito tempo. Portanto, acho que clarificar isto é muito importante para que se possa ler o documento que aqui está, e não é verdade aquilo que foi afirmado.”

6.6.2.12 - O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente para duas ou três notas relativamente a estas questões. Em primeiro lugar, agradeço a resposta que a Senhora Presidente de Câmara deu às minhas questões, mas esqueceu-se de uma parte, provavelmente não terá ouvido, mas além da questão se negociou ou não negociou a questão da transferência, perguntei-lhe também não tendo negociado, porque razão é que o Plano inclui investimentos que são da responsabilidade da Administração Central. Não me respondeu a essa questão, pode ser que ainda responda.

Relativamente, à questão das Freguesias falaremos no momento próprio, portanto, vou ignorar agora essa questão.

Foi aqui referido que se estava a pensar em 2019 promover a construção de residências estudantis. Eu fui aqui ao meu computador, e procurei no orçamento, verba e rúbrica para essa construção e não encontrei, se a Senhora Presidente de Câmara me puder ajudar, também agradecia.

Finalmente, relativamente às AUGI,s, nós lemos o documento e falamos sobre o documento que nos foi distribuído, não foi sobre outra coisa. Foi sobre aquelas folhas que nos foram distribuídas, foi esse documento que nós trabalhamos. Aquilo que a Senhora Vereadora Francisca Parreira aqui nos disse sobre as AUGI,s e aquilo que a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira aqui nos disse sobre a Habitação, não está lá escrito. Não está escrito. O que está escrito e eu citei para não falhar, eu citei o que lá está escrito. Portanto, aquilo que a Senhora Vereadora Francisca Parreira aqui nos disse sobre as AUGI,s não está lá escrito. Nós saudamos. Nós saudamos se foram fazer e tiverem resultados, saudamos. Agora, a verdade é que não está lá escrito. E estes documentos são o compromisso que o Município assume com os cidadãos. É aqui nestes documentos, que tem que ficar registado aquilo que se vai fazer ou aquilo que não se vai fazer. Não está lá escrito.

Finalmente, sobre a questão de a habitação ser competência do Governo ou não ser competência do Governo Central, não é uma questão de entendimento, Senhora Vereadora, é uma questão constitucional. É o que está escrito na Constituição. É que a responsabilidade pela habitação, é uma responsabilidade do Estado Central, porque é uma questão nacional. Não é uma questão de Almada, nem do Seixal, nem do Barreiro nem de Vila



Pouca de Aguiar, é uma questão nacional. E, portanto, é uma responsabilidade central, do Estado Central e do Governo. E a questão tem que ser colocada ao contrário, nós não podemos estar à espera que o Governo nos venha ajudar. Nós eventualmente temos que ajudar o Governo. Agora, não vamos sentarmo-nos à espera que o Governo nos venha ajudar. Porque o Governo não nos vem ajudar, o Governo vem nos dar encargos, que é aquilo que está a fazer com o 1º direito e com a porta aberta.”

6.6.2.13 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De uma forma também sucinta. Quem ouvia hoje a intervenção do Senhor Deputado Municipal José Lourenço, esquece-se ou provavelmente não sabe que durante cerca de dez anos foi Vereador desta Autarquia. E ouvi-lo falar hoje do 2º Torrão é extraordinário, porque até teve responsabilidades, penso que na área, por isso gostava de saber porque é que na altura, sabendo que havia o problema que havia, o crescimento que aconteceu ali, o que é que fez ou o que é que deixou de fazer, porque provavelmente só se lembrou agora do 2º Torrão. E nós infelizmente, temos essa situação que lamentamos, e lamentamos mesmo, mas os Senhores estiveram lá quarenta anos, não foi quatro, nem foi um, foram quarenta anos. E quem fala do 2º Torrão pode falar de outros assuntos deste Concelho. Agora, é extraordinário, é vir aqui, como se agora de repente parece que nasceu, foi assim uma coisa que aconteceu, e que ignoraram durante estes anos todos. Então não se lembraram? Não viram? Senhor Deputado Municipal, sinceramente, e às vezes faz-me alguma confusão, é a forma às vezes até leviana como se dizem as coisas. Vir falar, por exemplo, como eu ouvi aqui um comentário, da reabilitação do Presídio da Trafaria, e conservar a memória, quando o projeto há mais de dez anos era uma escola de hotelaria, e que já na altura se sabia que dificilmente ia para a frente, porque já em Setúbal se estava a fazer uma. Preservamos a memória? É preciso ter cuidado com aquilo que se diz. É que há pelo menos dez anos que aquele espaço está abandonado. Já sei, era agora que ia ser feito, de certeza absoluta. É o habitual. Era agora, nós até já tínhamos previsto. Eu já disse isto em Sessão de Câmara e vou voltar a dizer. Eu durante muitos anos também fui Deputado Municipal, e havia uma alínea no anuário como a nossa Presidente disse e bem, dizia assim: “Entre várias reivindicações ou Poder Central ...”, muitas delas ainda hoje não estão concretizadas, aliás, desde que a linha do Eixo Norte Sul Ferroviário foi criada, que se exigia a estação de Vale Flores, com a qual até concordamos, a estação é que infelizmente continua a não estar lá. E de certeza que não foi por insistência da CDU, porque a CDU consegue tanta coisa, como diz às vezes, esse é um exemplo que nunca conseguiu. Mas continuando, um caso que só tinha a ver com a Câmara Municipal, e a designação na altura até era: “Ruas periféricas da Aroeira, melhoria e continuação e implementação, etc.” e ainda hoje temos o estado de degradação total de toda aquela zona da Aroeira. E não estamos a falar da Herdade estamos a falar da parte de fora. Ainda hoje. Isto esteve durante anos nos documentos, anos. E pronto, e mantinha-se, e mantinha-se, e era uma competência da Câmara Municipal, e era uma competência única da Câmara Municipal. E nós vamos ter que intervir ali e temos muita vontade de intervir e temos inclusive dinheiro cabimentado já para intervenções.

Para terminar, só dizer-lhe o seguinte: se calhar olhando para a sua bancada, e em termos percentuais de idade, se calhar há aí muita gente que não é de Almada como por exemplo eu o sou. Porque eu desde que nasci, vim do Santa Maria, e vim para aqui viver ao final de meia dúzia de dias. Por isso vir para aqui falar “desta gente” até é ridículo. Já para não ser um insulto, já para não dizer que é um insulto, mas no mínimo é ridículo. Porque de certeza que o Senhor não é mais almadense do que eu, pelo contrário. Por isso eu nunca lhe vou admitir nem a si, nem a ninguém que venha pôr em causa, independentemente de as pessoas às vezes até estarem cá há mais tempo, ou menos tempo. Porque ninguém consegue medir o amor que nós temos a este Concelho e a esta Cidade. Ninguém. E não é por a pessoa ter chegado ontem, ou estar cá há quarenta ou sessenta anos. Por isso, não lhe admito nem a si nem a ninguém, que ponha em causa o amor que temos a este Concelho. Porque todos nós somos eleitos, porque as pessoas nos confiaram o mandato. Há muitos que se candidataram e não foram eleitos. Não estão aqui. E se nós estamos é porque a população acreditou em nós. E ao acreditar em nós, confiou-nos este mandato durante quatro anos. Por isso temos todos, todos, da esquerda à direita, o direito de aqui estar. Por isso, não se volte a referir “como esta gente”, porque aqui somos todos almadenses, independentemente de vivermos há muito ou pouco tempo, estarmos aqui há mais ou menos tempo, temos o



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

direito adquirido, porque a população assim nos confiou este mandato. Somos almadenses e temos esse orgulho. De certeza absoluta que falo por todos.”

6.6.2.14 - O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou ser relativamente rápido. Eu gostei muito de ouvir a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, francamente, estou a falar a sério. Porque eu acho que a Senhora Vereadora Teodolinda, começa a ter sensibilidade em relação ao problema que ela tem em frente. Qual é a minha discordância em relação à Senhora Vereadora Teodolinda e não será particularmente em relação a ela, é em relação ao Partido Socialista e ao PSD. Não é em relação à Senhora Vereadora Teodolinda, porque ela o que está a dizer, é efetivamente, que aquilo que temos a nível de habitação no nosso Concelho, e têm os Concelhos que têm problemas de habitação, são problemas de uma complexidade, que só programas claramente eleitoralistas, dizem que: “A gente vai resolver o 2º Torrão, vai resolver as Matas”, dizem aqui como dirão noutros lados. Porque estes problemas não se resolvem apenas construindo casas, e não é construindo em qualquer lado, este problema é um problema extremamente complexo, e quem prometeu não fomos nós, Senhora Vereadora Teodolinda, quem prometeu, quem tem no seu programa que ia resolver o 2º Torrão e as Matas de Santo António, é o PS e o PSD. O PSD, aliás, tinha cartazes no IC20. Tinha cartazes no IC20. Então os cartazes eram para quê? Eram para ganhar votos, porque efetivamente aquele problema é um problema complexo. É verdade que eu tive responsabilidades na Câmara Municipal, na área da habitação. É verdade que tive, é verdade que o levantamento que foi feito do PER – Programa Especial de Realojamento, eu quando entrei já tinha acabado de ser feito, seis meses antes, tinha sido feito. Mas quero-vos dizer que nesse período realojamos muita gente. Lembrar-se-ão, as Matas de Santo António, o bairro pré-fabricado na Trafaria, o Chegadinho, a Quinta do Valdeão, todas as barracas, e todos aqueles pré-fabricados que havia na Costa, fizemos nesse período, e podem ir confirmar, a Senhora Vereadora Teodolinda pode ir confirmar, fizemos para cima de 1.500 (mil e quinhentos) realojamentos em habitações que construímos. Foi muito complexo, não conseguimos resolver tudo, pois não, não conseguimos. Mas nós nunca dizíamos que íamos resolver isso. Até porque o problema do 2º Torrão, e das Matas de Santo António, como são estes terrenos, são efetivamente muito complexos. Portanto, quem aqui está em contradição, são vocês, não somos nós. Quem prometeu foram vocês, não fomos nós. Quem enganou as pessoas das Matas de Santo António e do 2º Torrão, foram vocês. E agora o que é que fazem, põem umas lampadzinhas, vão tentando melhorar. Eu acho que fazem bem. Eu acho que fazem bem tentar melhorar, já fazíamos isso antes. Mas aquilo é um problema de uma complexidade, que não deve ser o Município. É por isto que a habitação tem uma dimensão, tem uma complexidade que não pode ser passada assim para os Municípios. E quem o faz, é demagogo. Mas eu saúdo a Senhora Vereadora Teodolinda, porque ela está no caminho correto. Porque ela vive o problema com eu vivia, o problema da habitação e o problema das barracas.

Agora dizer-vos outra coisa também, que é bom que saibam isto e digam, não misturem. Almada tem as necessidades de realojamento que tem, que estão no levantamento feito o ano passado, pela simples razão, como a gente costuma dizer, Almada meteu toda a carne no assador. Almada pensou assim, com o Executivo anterior, pensou assim, pode vir aí um problema que resolva, vamos pôr os problemas das barracas, mas não apenas o problema das barracas, vamos pôr problemas de AUGI, vamos pôr problemas de pessoas que vivem em partes de casa que precisam de habitação, tudo isto está nos núcleos, vão ver os núcleos e verão lá muita gente que não é de barracas. Portanto, não é verdade, e ao contrário daquilo que o Senhor Deputado do CDS-PP António Pedro Maco, dizia, não é verdade que nós sejamos o Município com mais barracas. Isso não é verdade. Porque estão a pegar no levantamento, e o que o Executivo anterior fez, de forma responsável, sabendo que havia um programa destes, foi, vamos colocar todas as necessidades para que haja financiamento para todas as necessidades. Isto não é criticável. Agora, daí dizer que é tudo barracas, não é verdade.

Uma outra nota só a propósito do Presídio da Trafaria, porque também aí, eu posso acrescentar alguma coisa, O Presídio da Trafaria, vocês sabem muito bem que estava há muitos anos abandonado, a Senhora Vereadora sabe isso, estava há muitos anos abandonado. Era um edifício do Ministério da Defesa. Eles colocaram-no à venda para ganharem dinheiro. E nós, e por acaso fui eu que tive a responsabilidade de tomar essa decisão



porque a Senhora Presidente estava de férias na altura. Quando ele foi colocado à venda, dissemos: “Nós não queremos que isto passe para os privados”, e adquirimo-lo. E pagamos por ele. Imaginem a Administração Local comprou à Administração Central. Compramo-lo na altura e partir daí, obviamente sabendo o que estava ali e a complexidade, procuramos ao longo dos tempos, através de vários programas comunitários que nunca conseguimos, conseguir financiamento comunitário juntamente com o Município, para reabilitar aquele edifício. Foi isso que fizemos. Foi isso que fizemos, e convenhamos, já foi muito. Eu espero que vocês perante situações destas, também não passem para privados coisas que são do Estado. Isto foi o que nós fizemos na altura, fizemos e pagamos. Eu neste momento tenho dúvidas apenas porque foi na mudança do escudo para o euro, não sei se foram trezentos e cinquenta mil contos ou se foram neste caso, 1.500.000.00€ (um milhão e quinhentos mil euros) tenho dúvidas quanto a isso, é apenas essa dúvida que tenho.

Uma outra nota, e esta é apenas para a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço, em relação às questões que me colocou. Senhora Deputada Municipal Ana Margarida, comparou uma vez mais o que não é comparável. E isto não pode ser feito. A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida, comparou o investimento de 2014, feito pelo Município, pago com aquilo que está neste momento, que não está pago, está pago muito menos, estão pagos 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros) foi o que foi pago. Em 2014 foi o que o Município pagou, e a Senhora está a comparar isso com o que realizou agora. E o que pagou agora, foram 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros), podemos clarificar e depois distribuir a todos para todos perceberem.

Uma outra nota apenas para a Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque. Só para lhe dizer, a propósito do IMI – Imposto sobre Imóveis, a poupança é tanto maior quanto é maior o valor da casa, isso é óbvio, não está em discussão. O que nós defendemos, é que devia ser para todos. Nós não estamos contra que as famílias que têm três dependentes ou mais, nós o que achamos é que devia ser para todos. E essa medida devia ser prolongada, devia ser para todos, não só para alguns. E já agora digo-lhe Senhora Deputada Municipal, Maria Luís Albuquerque, a Senhora sabia, há pouco quando fui ali no início, e esta questão ficou resolvida, do meu ponto de vista mal resolvida, e infelizmente para os municípios do nosso Concelho, a Senhora Deputada Municipal, sabia que quando falamos na atualização das taxas, eu tinha razão. É que o fator de atualização que está ali é de 1,1, sabia sim. Esta confusão que a Senhora Presidente de Câmara tinha em relação à primeira proposta, a Senhora Deputada Municipal não tinha, mas a Senhora calou-se porque, assim sempre o Município recebe mais um bocadinho, recebe 1.5 em vez de receber apenas 1.1, de atualização das taxas. Foi a primeira resposta. A Senhora Deputada Municipal, é das poucas pessoas que estão aqui que em relação à proposta que eu fui ver, sabe que assim é, porque a Senhora Deputada Municipal foi Ministra das Finanças. Mas calou-se que nem um rato, porque é sempre uma forma de o Município levar mais 0,4 pontos percentuais e receber mais duzentos ou trezentos mil euros aos municípios, que precisam de pagar taxas, precisam de pagar preços, precisam de uma série de coisas. Uma coisa é o fator de atualização, outra coisa é a inflação. Enfim, isto são coisas difíceis de explicar às pessoas que não têm que saber isto desta forma.”

6.6.2.15 - A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente da Assembleia, ontem foi-nos entregue um mapa que estava em falta no Relatório de Atividades Municipal, que é este Mapa que diz: “Resumo da Execução Orçamental”, e eu solicitaria à Mesa, que voltasse a redistribuir ou enviar para todos os Deputados Municipais, onde está claramente, que o total das despesas de capital executadas até novembro são de 10.6 milhões, e estas são todas as despesas, não só aquelas que estão inscritas nas Grandes Opções do Plano ou no Plano de Atividade Municipal, são todas, o Orçamento é mais completo do que isto. E os números que eu estava a comparar eram estes e isto são dados factuais, que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, pode tentar desvirtuar, mas não consegue. É o que aqui está e, portanto, para esclarecer todas as dúvidas solicito que a Mesa faça chegar novamente todos estes dados e este quadro aos Senhores/as Deputados/as Municipais.”

6.6.2.16 - O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Nós temos assistido ao longo desta discussão, aliás, antes disso um ponto prévio porque a nossa bancada, os membros da Assembleia Municipal que já o são há mais tempo do que eu, encarregaram-me de fazer uma saudação ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, à Câmara Municipal, porque segundo parece, as Assembleias Municipais de dezembro, costumavam ser alguma coisa de muito desconfortável nestas Sessões, e nós vamos tendo e é também um sinal das melhorias que vamos tendo na realização deste Órgão, pela primeira vez, o ano passado já assim foi, mas as Assembleias Municipais de dezembro em que não estamos condicionados pelos dez graus de ambiente em que estaríamos quando elas se realizavam, e, portanto, a nossa bancada encarregou-me também de fazer esta pequena nota.

Mas aquilo que eu queria falar, é que nós temos encontrado ao longo da discussão das Opções do Plano e Orçamento, um grande exercício de sobrançaria por parte da bancada da CDU. Já o tínhamos visto o ano passado, aliás, logo no início, quando discutimos a Revisão Orçamental, quando discutimos os primeiros documentos, as primeiras atividades municipais, fomos confrontados com este exercício como se Almada estivesse hoje verdadeiramente pior do que aquilo que estava, pura e simplesmente porque mudou a constituição do Executivo Municipal, mudaram os Vereadores ou as forças políticas, que hoje exercem o poder. E, portanto, há que fazer este debate com alguma serenidade, mas também exigindo alguma humildade e humildade de todos os presentes de todos os partidos que o fazem nesta Câmara.

Em primeiro lugar, e sobre as questões do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, da fiscalidade e do IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares. Como é óbvio, é sempre uma questão de escolhas, é uma questão política. O Executivo Municipal opta neste caso de deixar de receber cerca de 1.000.000.00€ (um milhão de euros) um pouco mais como o Senhor Deputado Municipal referiu e bem, a devolver IRS às famílias almadenses. Nós discordamos quando se faz a análise de que alguém que tenha um rendimento acima dos 8.500.00€ (oito mil e quinhentos mil euros) anuais, seja da classe média alta ou sequer da classe média, também sabemos como é que é a composição dos agregados, dos rendimentos do nosso país. Aquilo que nós entendemos é que com esta medida estamos a ajudar esta maioria da população almadense e uma fatia considerável que também merece essa ajuda por parte do Município, sendo que o Município tendo apresentado boas contas, entendemos que deve devolver parte desta verba às pessoas, aos almadenses, porque traz também outros benefícios. Podíamos discutir muito sobre a questão do IMI, como os Senhores Deputados Municipais da CDU também o sabem e já o referiram, em certa fase deste debate, o IMI também não é propriamente um imposto que seja progressivo, no sentido em que não afeta, habitualmente quem tem casa também tem maiores rendimentos, quem tem casa própria com valor patrimonial maior, também é quem tem mais rendimentos. E, portanto, é quem seria mais beneficiado com essa redução, podemos discutir qual das vias entendemos que é preferível, se entendermos que deve ser feita uma redução dos impostos, eu não sou daquelas pessoas, confesso-vos, que ache que os impostos têm que baixar porque sim, porque acho que há uma fatia importante da atividade que é feita pelo Município e é isso que nós defendemos pelo Município ou pelo Estado ou pelo que seja, que se pode ser financiado através dos impostos. Trata-se apenas de distribuir os rendimentos que estão disponíveis naquilo que é o Orçamento da Município. E, portanto, não acompanhamos a visão da CDU, de que, quem tem um rendimento anual superior a 8.500.00€ (oito mil e quinhentos euros) são privilegiados, que não merecem este rendimento. Necessariamente haverá pessoas para quem este rendimento fará mais falta do que para outros, mas são os mecanismos que o Município também tem à sua disposição. Há uma coisa também que eu quero dizer desde já, ao longo dos mais de quarenta anos em que a CDU foi poder, nem tudo foi mal feito como é óbvio. Almada evoluiu em certos setores, evoluiu menos noutros, aquilo que me parece que os almadenses também expressaram nas últimas eleições, é que não evoluiu tanto como se esperaria que evoluísse e não acompanhou muitas vezes os ciclos económicos positivos, é esse o esforço também que tem vindo a ser feito. Hoje o país, hoje a Capital e a Área Metropolitana de Lisboa, estão a ter uma capacidade de crescimento que é interessante, fruto também das políticas que foram tomadas a nível nacional e fruto também de algum crescimento turístico que nós não conseguimos, que está muito difícil de poder ser controlado por qualquer Governo, que tenha funções. E, portanto, aproveitarmos também as oportunidades que temos é um dos grandes pontos de avaliação do mérito ou não de um Executivo. Cabe a este Executivo saber aproveitar as oportunidades que tem pela frente, como durante muito tempo a CDU não foi capaz de fazer. A CDU falhou na captação de investimento, Almada não tem hoje empresas que consigam atrair emprego, que consigam fixar cá os almadenses,



consigam fazer com que não tenham todos os dias, de se deslocar para Lisboa para ir trabalhar. Falhou na política de educação porque as escolas estão mal distribuídas pelo concelho, não acompanham aquilo que tem sido o crescimento demográfico do nosso concelho. Faltam serviços especialmente nas Freguesias da Charneca de Caparica, da Sobreda e da Costa da Caparica, essas populações são as que mais sentem o abandono a que foram votados durante muitos anos pelo Município. Temos um sistema de transportes que ainda é hoje deficiente, e pode-me dizer, parte disso é culpa do Governo, parte disso é culpa dos sucessivos Governos. Será, mas há muito que a Câmara Municipal pode fazer e que não faz. Faltam casas e isso já foi aqui discutido, nunca foi resolvido o problema dos bairros sociais, o problema social que é a criação de guetos que vão afunilando todas as pessoas que têm necessidades de habitação social, para determinados pontos do nosso Concelho. Almada tem hoje guetos que não é concebível que tenha em pleno século XXI, provavelmente não será resolvido nos próximos quatro anos, mas eu serei dos Deputados Municipais mais jovens nesta Assembleia Municipal e portanto, tenho esperança que enquanto viver em Almada durante muitos anos, tenho esperança que ao longo da minha vida possa ver grande parte destes problemas serem resolvidos. E, portanto, como não estamos nem vamos estar na tal terra de leite e mel, mas também não estamos na terra de promessas incumpridas, porque até agora não houve nenhuma promessa incumprida, se calhar estamos a falar do Carnaval das Escolas e dessas coisas, que nem era uma promessa, mas que é a grande bandeira daquilo que a CDU gosta de afirmar como tendo sido retirado aos almadenses. Pronto, será. São opções como já aqui falamos. Se estamos a falar disso, estamos confortáveis. Mas não existe nenhuma promessa que tenha sido incumprida, nem existe o desastre que a CDU vaticina desde o início do mandato. Aliás, parte do problema, e aquilo que torna mais evidente que esse argumento não é verdadeiro, é que a CDU diz que há um desastre em Almada, desde a primeira Assembleia Municipal deste mandato. Portanto, nem sequer era possível que nessa fase fizesse uma avaliação verdadeira daquilo que é o trabalho deste Executivo. E como o discurso continua a ser igual, aquilo que nós facilmente percebemos, é que o discurso será sempre o do desastre, quer as coisas corram bem, quer as coisas corram mal. E, portanto, a CDU fará o seu papel, estará no sítio ou no lugar político que entende estar, mas é um lugar onde nós não queremos estar, de onde nós queremos sair, transformando Almada num concelho melhor, com mais oportunidades, para quem cá vive. Necessariamente, como dizia há pouco, é preciso humildade também na forma como todos os agentes encaram este processo. Todos os Senhores/as Deputados/as Municipais, o Executivo, tendo noção de que há muito trabalho que é fazer, e que dessa forma, nós temos que fazer alguns projetos que já foram lançados. Há por exemplo, projetos na área da requalificação das escolas, há um novo Polo Universitário que foi anunciado, como vindo a ser lançado no Presídio da Trafaria, há uma nova política de transportes, que é também fruto da ação dos vários Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, mas também fruto da ação do Governo e de alguns incentivos que foram dados durante este ano, há um plano de alfabetização e qualificação do Torrão. E podem-me dizer: “é pouco”, será, mas a verdadeira avaliação tem que ser feita no fim, ou aliás, daqui a três anos, e aquilo que estamos convencidos, é que cá estaremos também para fazer essas contas e perceber aquilo que melhorou, aquilo que não melhorou e aquilo que deveria ter melhorado.

A análise de que Almada está pior, não é verdadeira, aquilo que estão a ser dados é passos decisivos para que Almada passa também e no fim deste mandato estar verdadeiramente melhor.

Houve algumas questões que foram levantadas sobre a democracia participativa e a forma como este Executivo lida com a participação popular, será porventura diferente, não se realizaram os Congressos Almada, cuja eficácia confesso, também entendo que é muito duvidosa. Mas este Executivo vai lançar o Conselho Municipal da Juventude, algo que consta da Lei e que os anteriores Executivos optaram por sistematicamente negar. O Orçamento Participativo Jovem, A Assembleia Municipal Jovem, que foi uma proposta aprovada nesta Assembleia Municipal, e para o qual eu aproveito para convidar a CDU a dar a sua colaboração, já que a sua colaboração até agora tem sido perto de inexistente. Portanto, há vários trabalhos que podem ser feitos. Até há alguns projetos simbólicos, nós tivemos a maior aula de Surf, a CDU durante muitos anos também fez coisas boas neste domínio para que Almada tivesse visibilidade porque isso é também importante, tivemos o Mundialito de Futebol de Praia, a maior aula de Surf do mundo, tivemos algo que é verdadeiramente simbólico, tivemos o Extreme Sprint na Lisnave que estava fechada há anos e anos, e onde os almadenses puderam entrar na Lisnave, eram muitas famílias que aquele dia também puderam voltar aquele espaço, não para ver os carros, mas porque é um espaço que diz muito a Almada e eu gostava também de transmitir publicamente a minha



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

consideração e o reconhecimento ao trabalho que o Executivo tem feito nesta área, e sobre estes projetos em particular ao Senhor Vereador João Couvaneiro, porque é também devido à sua tenacidade que grande parte destes projetos são hoje implementados no nosso Município.

Grande parte do problema e da visão que a CDU tem sobre exercício do poder, resume aquilo que foi dito por vós relativamente à descentralização. É que tudo aquilo que não for responsabilidade da Câmara Municipal, então não deve ser alvo da mínima preocupação, deve ser alvo de reivindicação. Nós entendemos que essa reivindicação deve existir, não estamos cá para ajudar o Governo, estamos cá para ajudar os almadenses e para fazer com que Almada seja terra que se desenvolva. Já percebemos também que por onde a CDU vai alinhar, é que este Executivo Municipal está cá para ajudar o Governo. Isso não é verdade, estamos cá todos para reivindicar aquilo que tem que ser reivindicado, mas também para assumir as responsabilidades. Porque se este Governo está a tomar passos decisivos, por exemplo, para que a transferência de competências seja efetiva, para que os Municípios tenham mais poder para fazer aquilo que fazem melhor que o Estado, porque Portugal tem um problema que acho que todos reconhecemos da forma como o Estado está organizado, já sei que podemos falar na questão da regionalização resolveria grande parte desse problema, mas também sabemos que se hoje foi feito um referendo sobre essa questão, dificilmente seria aprovado, ou pelo menos haveria dificuldades em que pudesse ser feito, a descentralização, dá respostas a alguns destes problemas. Aquilo que a CDU faz face à descentralização, é não olhar para aquilo que são os problemas dos almadenses, não olhar para aquilo que são os problemas dos fregueses das diversas Freguesias de Almada, é olhar apenas para a sua agenda partidária nacional. E como a descentralização é algo que vem de um Governo do Partido Socialista e é um ponto onde não querem ter colaboração, então a CDU afirma-se como contra a descentralização e usando até uma retórica de que, esta descentralização, de que o Município de Almada ia ser obrigado a receber algumas competências se não tomasse a posição que os Senhores queriam que tivesse sido tomada na última Assembleia Municipal, que nós não tomamos, e que veja até hoje o Município de Almada não foi obrigado a executar ou a aceitar nenhuma das competências que referiam.

E, portanto, não há nenhum cheque em branco, não há nenhum cheque em branco ao Governo, não há nenhum cheque em branco ao Executivo, aquilo que há é muito trabalho, há a noção de que é preciso fazer diferente, é preciso transformar Almada num local melhor, e para isso aquilo que entendemos é que todas as forças Políticas são importantes. Aliás, nós até já ouvimos hoje durante o debate, parte do discurso, e que é até mais surpreendente, é que parte do discurso do Bloco de Esquerda, é cópia *ipsis verbis* daquilo que a CDU disse sobre a descentralização. Quando sabemos que são inverdades, não é certo. E sobre certas matérias, desculpem, eu quando era criança era muito fã dos livros do *Tintin*, e havia duas personagens que eram muito interessantes, o Dupont e Dupont, sobre descentralização, a CDU é o Dupont e o Bloco de Esquerda é o Dupont. Porque dizem exatamente o mesmo, e aquilo que nos vêm constantemente dizer, é que este Executivo vai aceitar acriticamente as transferências de competências que foram feitas pelo Governo, isso não é verdade.

Aquilo que nós queremos é que o Município esteja em boas condições para negociar com o Governo, para reivindicar, a palavra que os Senhores tanto gostam, para reivindicar as melhores condições para poder fazer o seu trabalho. Isso não se faz dizendo à partida que a descentralização é má só porque é má. Faz-se primeiro, tentando sequer perceber o que vai ser a descentralização, que competências é que é suposto serem descentralizadas e quais é que são as verbas e as condições para que elas possam ser feitas. Foi isso que fizemos na última Assembleia Municipal.

E, portanto, em Almada há um novo ciclo. Sabemos que a CDU não quer fazer parte desse ciclo, é natural que assim seja, governaram Almada durante os últimos quarenta anos. Aquilo que não deixa também de ser surpreendente, é que o Bloco de Esquerda se torne refém da crítica, do protesto, da rejeição e pareça quase ser o maior saudosista de um poder político ou de um projeto político, que caiu, que falhou e que a população almadense rejeitou nas últimas eleições. O Bloco de Esquerda, foi capaz e tem sido capaz tal como o PCP a nível nacional, fazer parte das decisões, fazer muitas coisas boas pelos portugueses. Aquilo que faz sentido é que agora neste Município, todos os Partidos, sabemos das resistências da CDU, mas todos os Partidos, façam também parte deste novo ciclo, para nós podermos construir um projeto que seja melhor para todos os almadenses e que traga também essas coisas boas à vida da população almadense.”



6.6.2.17 - O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Rapidamente porque a discussão já vai longa, e muito já foi dito relativamente a esta matéria, e estão vistas as posições de cada força política, relativamente àquilo que é o Orçamento e as Opções do Plano para 2019, mas não só, será também para o futuro de Almada.

Senhor Deputado Municipal José Lourenço, não sou eu que vim aqui inventar que existe em Almada, o caso mais grave no que respeita à habitação, foi dito pelo IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana. Em todas as reuniões que tivemos com o IHRU, e com certeza iremos voltar a reunir brevemente, foi aquilo que nos foi transmitido. Mas, também Senhor Deputado Municipal, não é difícil perceber isso, e se não fosse dito pelo Presidente do IHRU, nós andamos por este território e vemos, bairros de barracas, aliás, nós temos um bairro de barracas plantado a uma instância balnear que é a Costa da Caparica, eu acho que isto deve envergonhar qualquer almadense. Mas temos mais Senhor Deputado, territórios como a Fonte da Telha, as várias AUGI, s - Áreas Urbanas de Génese Ilegal, que temos no nosso concelho e que não foi conseguido uma resolução, com muitos habitantes que lá vivem que pagam também impostos, impostos municipais. Temos as Terras da Costa que já foi aqui referido, os bairros do 2º Torrão e 1º Torrão, temos ainda a Cova do Vapor, temos as ruas da Aroeira, que em todas as Sessões da Assembleia Municipal, vêm cá os moradores queixarem-se da falta de resolução que os Senhores tiveram para fazer durante todos estes anos, e temos também mais para a frente, mais para trás, neste caso a Charneca de Caparica, que até há pouco tempo, tinham estradas quase intransitáveis. Depois temos ainda os bairros camarários degradados, e com muitas pessoas, habitantes que se queixam relativamente à falta de resolução desse problema, também não foi com certeza este Executivo, e um PER – Programa Especial de Realojamento, que não foi de todo concluído.

Portanto, Senhor Deputado Municipal, vir aqui pedir a um Executivo que está em funções há um ano, para que resolva todos os problemas que os Senhores em mais de quarenta anos não conseguiram resolver. Senhor Deputado Municipal, se me permite e pegando nas suas palavras e devolvendo as palavras que não me foram dirigidas a mim, mas de qualquer forma, vê-se perfeitamente de que lado é que poderia estar o rato.”

6.6.2.18 - O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu queria apenas responder ao Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, a propósito da questão do IRS – Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares, e dizer que 8.000.00€ (oito mil euros) não é uma família de rendimentos elevados. É verdade que não é. Só que a família com 8.000.00€ (oito mil euros) receberá talvez um euro ou dois, e a família que tem rendimentos de 50.000.00€ (cinquenta mil euros) ou 60.000.00€ (sessenta mil euros) recebe 300€ (trezentos euros) ou 400€ (quatrocentos euros). A diferença está aqui. Eu o que digo é que a medida é errada.

6.6.2.19 - O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, tem razão. A questão é que os meios que a Câmara Municipal tem à disposição para distribuir rendimentos são estes. Eu também acharia que se a Câmara Municipal pudesse distribuir uma percentagem do IRS – Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares, em função dos rendimentos ou distribuir apenas para quem tem menores rendimentos, estaria mais de acordo. Como não tem, só tem este meio de distribuir rendimentos.”

6.6.2.20 - A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, o Senhor pode tentar dar as voltas que quiser à questão da municipalização, mas a verdade, é que tanto não fazem ideia do que é que aí vem, que não há nada neste Orçamento, sobre as verbas que serão adjudicadas a esse processo de municipalização. E como é óbvio, não é



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

muito correto, nós aceitarmos um processo, não apresentarmos nenhum orçamento para ele, porque exatamente admitimos que não fazemos ideia do que é que aí vem. Foi isto que o Bloco de Esquerda sempre disse e continuamos a afirmar. E não me parece que seja nada de muito estapafúrdio.

Quanto à questão do saudosismo, Senhor Deputado Municipal, nós não temos nenhum saudosismo relativamente a nenhuns executivos passados, o que nós temos e continuamos a ter, é uma alternativa de Esquerda, que se impõe no Concelho de Almada e que os munícipes reconheceram como tal. E sabe que o que é estranho, é que de facto o Partido Socialista, escolha muitas vezes nestas questões, o lado do PSD do que o lado da CDU e do Bloco de Esquerda.”

6.6.2.21 - O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas uma breve nota a um pequeno comentário/resposta ao Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves. Ele de facto falou aqui em Banda Desenhada, eu também quando era menino gostava muito de Banda Desenhada nomeadamente o Pinóquio, não lhe vou chamar Pinóquio, senão corríamos o risco de ter alguma dimensão estranha, porque fala-se aqui em promessas, que não há não promessas incumpridas, deixe-me dizer-lhe quer o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, é uma delas. Foi uma promessa eleitoral do Partido Socialista e não foi cumprida. Portanto, eu não lhe vou chamar Pinóquio. É só o que eu queria dizer.”

6.6.2.22 - O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal José Rocha, com toda a estima pessoal que lhe tenho, dizer-lhe que não é verdade. A questão do Pinóquio não a vou entender como uma ofensa, mas não é verdade, não constava do programa do Partido Socialista a questão do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis. Consta a questão do IRS – Imposto sobre Rendimento de Pessoa Singular.

E sobre descentralização, não tenho a certeza que estejamos a falar exatamente do mesmo. É óbvio. Que não podia estar nada no Orçamento, porque nada foi aceite. Aquilo que nós votamos, foi que não rejeitávamos à partida, foi isso que o Bloco de Esquerda, o Partido Comunista e os Verdes apresentaram nesta Assembleia Municipal. Foi que, devíamos rejeitar à partida a descentralização. Nós não rejeitamos. E, portanto, o processo está a continuar e vamos saber no futuro com que moldes é que esta descentralização se vai fazer.”

6.6.2.23 – O Senhor Vereador João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Saudações generalizadas para poupar algum tempo, mas saudando todos.

É claro que há uma política da proclamação e há uma política de ação. Nós habituamo-nos a ver naquilo que eram as Grandes Opções do Plano, páginas e páginas, dizendo que íamos exigir do Governo isto, e íamos exigir do Governo aquilo, reclamar do Governo, coisas com baixíssima eficácia no resultado dessas exigências. E aquilo que estamos a tentar fazer, é uma política de ação. Portanto em detrimento daquilo que aconteceu no passado, com muito pouca eficácia, se reclamava, se exigia, se ficava zangado aqui no deserto, a um canto, de costas voltadas para Lisboa. De facto, nós não entendemos, que possamos estar orgulhosamente sós, não entendemos que possamos estar de costas voltadas para Lisboa, não entendemos que Almada seja um deserto longe da grande Cidade que é Lisboa, que é felizmente uma das Cidades mais desenvolvidas do mundo e é uma Cidade que hoje nos orgulha a todos. E por isso, a nossa aproximação à Cidade de Lisboa, é qualquer coisa que nos orgulha.

Depois dizer que, aquilo que tem sido feito e a propósito da questão da escola que foi colocada, temos de facto, previsto uma construção de uma Escola Secundária na Charneca de Caparica, que saiu do plano da exigência e vai passar ao plano da concretização. E de facto, como acontece em muitos casos similares, a Câmara Municipal vai assumir o contrato, e o Governo depois, vai fazer a transferência das verbas alocadas a esse contrato. Porque achamos, que os alunos da Charneca de Caparica, têm direito a ter uma Escola Secundária. E não achamos que



fosse suficiente ficar a reclamar com o Governo de Costas voltadas para Lisboa numa posição de orgulhosamente sós.

Depois, esta ideia de sacudir água do capote, aplica-se também naturalmente ao Torrão. De facto, é uma vergonha a situação em que aquelas pessoas vivem. E é também uma vergonha, dizer que estamos também lá a pôr umas luzes, umas lâmpadas, é uma vergonha. Porque de facto aquilo que nós estamos a tentar fazer, é dar condições de qualidade de vida àquelas pessoas, para que possam por exemplo, ter menos frio neste inverno. E aquilo que está a ser feito é muito mais do que colocar umas lâmpadas. Parece-me que ficou razoavelmente mal aquilo que disse.

Para além disso, estamos a fazer outras coisas para estas pessoas. Como disse, não é suficiente construir habitação, não é suficiente construir casas, mas por isso mesmo, estamos a desenvolver um plano de alfabetização e de qualificação para o Torrão, que envolve não só diversos serviços municipais, como também a Junta de Freguesia, que já agora, é da força política a que o Senhor pertence, e que envolve também outras entidades. Porque achamos que mais do que colocar as pessoas em casas, importa ajudá-las a construir projetos de vida, que as autonomizem, e que lhes deem poder sobre os seus destinos.

E acabava só porque a questão foi falada. A questão das residências. De facto, há muitas formas de termos mais residências no Concelho de Almada. Uma delas, é tentar mobilizar diversos agentes, nomeadamente os agentes no setor privado, ou até as próprias Universidades, que já agora não são entidades, no caso da FCT – Faculdade de Ciência e Tecnologia, não é uma entidade privada, é uma entidade pública, para a construção dessas residências, que fazem falta e são necessárias.

Concluía dizendo que agradeço de facto, a questão que foi colocada. Relativamente às escolas, estamos a iniciar o processo da sua reconstrução. Relativamente às residências estamos a encontrar parceiros, relativamente ao Torrão estamos a resolver o problema.”

6.6.2.24 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não gosto que me chamem demagoga, Senhor Deputado Municipal José Lourenço, não gosto. E de facto, não gosto porque não há aqui nenhuma demagogia. Nós com toda a sinceridade, anunciamos em campanha esta nossa prioridade. A habitação como uma das nossas grandes prioridades. Ninguém disse que ia conseguir resolver, eu disse que nós definimos como nossa grande prioridade a habitação. Uma das nossas grandes prioridades, não é a única. E vamos dar-lhe corpo, vamos utilizar todas as janelas de oportunidade que tivermos, o 1º direito, a porta de entrada, mobilizaremos em sede de orçamento as verbas que pudermos, o mais que pudermos, para fazer caminho, para levar o mais longe possível a prioridade que definimos. Isto não é demagogia, é definirmos uma prioridade e caminhar para ela. Ficamos mais perto, ficamos mais longe, não é demagogia, não cabe no meu conceito de demagogia nem no de ninguém penso eu. Se eu defino uma prioridade, eu não disse que a ia resolver; eu disse que esta era uma das nossas primeiras prioridades. E, portanto, em 2021, quando for feita a avaliação deste caminho, que eu comecei por dizer que era um trabalho hercúleo, e que lhe íamos dar início, foram as palavras que eu aqui disse há bocadinho na minha intervenção, aquilo que nós queremos em 2021, com muita serenidade, fazer a avaliação do caminho feito. E garanto-lhe Senhor Deputado Municipal José Lourenço, vai haver caminho.”

6.6.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à fase de votação, em separado, de cada uma das propostas em apreciação, tendo-se apurado o seguinte resultado:

6.6.3.1 – A proposta relativa a Apreciação e Votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a Opções do Plano e Orçamento para 2019 e Mapa de Pessoal do Município de Almada foi aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia da Costa de Caparica e do Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Charneca e Sobreda, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; e 17 votos contra, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os Senhores Presidentes de Junta de União de Freguesias que o compõem, e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, através da seguinte:



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a proposta da Câmara Municipal sobre as “Opções do Plano e Orçamento para 2019 e Mapa de Pessoal do Município de Almada”, que a seguir se transcreve:

“Considerando que a proposta de orçamento foi elaborada nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua última redação, em articulação com as disposições transitórias do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e em conformidade com os princípios e regras aplicáveis no domínio da gestão de pessoal e da disciplina relativa aos Mapas de Pessoal plasmadas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual;

Considerando que a elaboração das Opções do Plano e Orçamento e do Mapa de Pessoal dos serviços municipais é da competência da Câmara Municipal, conferida pelo artigo 33.º, n.º 1, alínea c), do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com os artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, que os deve submeter a aprovação da Assembleia Municipal nos termos do previsto no artigo 33.º, n.º 1, alíneas c) e ccc) da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que a aprovação das Opções do Plano e Orçamento e dos Mapas de Pessoal dos serviços municipais é da competência da Assembleia Municipal, conferida pelo artigo 25.º, n.º 1, alínea a) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Propõe-se que a Câmara Municipal de Almada delibere:

1. Aprovar a proposta de Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019 dos serviços municipais, que passará a constituir o anexo I à presente proposta, dela fazendo parte integrante para todos os efeitos legais.
2. Aprovar a proposta de Mapa de Pessoal para o ano de 2019, que passará a constituir o anexo II à presente proposta, dela fazendo parte integrante para todos os efeitos legais.

Sob condição prévia de deliberação favorável do proposto em 1 e 2 que antecedem, remeter a presente Proposta à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos e para os efeitos do previsto no já indicado artigo 25.º, n.º 1, alínea a) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 29.º, n.º 4 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual.”

6.6.3.2 - A proposta relativa a Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre as Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para 2019 e Mapa de Pessoal dos SMAS para 2019 foi aprovada por maioria com 23 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia da Costa de Caparica e do Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Charneca e Sobreda, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; e 14 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os Senhores Presidentes de Junta de União de Freguesias que o compõem, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a proposta da Câmara Municipal sobre as “Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos SMAS de Almada para 2019”, que a seguir se transcreve:

“Considerando que por deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada foram aprovadas propostas relativas às Opções do Plano e Orçamento e ao Mapa de Pessoal daqueles Serviços Municipalizados, para o ano de 2019;

Considerando que a aprovação das Opções do Plano e Orçamento e dos Mapas de Pessoal daquela entidade é da competência da Assembleia Municipal, por proposta da Câmara Municipal, nos termos do artigo 25.º, número 1, alínea o) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e artigo 29.º n.º 4 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual.

Propõe-se que, ao abrigo dos supracitados preceitos, bem como do artigo 33.º n.º 1 alínea ccc) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e para os efeitos do previsto no artigo 13.º, alínea d) e artigo 16.º, n.º 1, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, a Câmara Municipal de Almada delibere:



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

1. Aprovar a proposta de Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, que passará a constituir o anexo I à presente proposta, dela fazendo parte integrante para todos os efeitos legais.
2. Aprovar a proposta de Mapa de Pessoal para o ano de 2019 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, que passará a constituir o anexo II à presente proposta, dela fazendo parte integrante para todos os efeitos legais.
3. Sob condição prévia de deliberação favorável do proposto em 1 e 2 que antecedem, remeter a presente Proposta à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos e para os efeitos do previsto no já indicado artigo 25.º, n.º 1, alínea o) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 29.º, n.º 4 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual.
4. Aprovar ainda, ao abrigo do articuladamente disposto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, submeter à decisão da Assembleia Municipal que seja concedida ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, autorização para assunção de compromissos plurianuais, para efeitos de execução das Opções do Plano para o ano de 2019, que não excedam os € 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos)“.

7 – Sendo próximo das 1 hora e 25 minutos, deu-se por concluída a 3ª reunião da Sessão Ordinária de novembro.

7.1 – Uma vez que não se concluiu a agenda, o Senhor Presidente da Assembleia informou que solicitara aos representantes dos Grupos Municipais sugestões de datas para realização da 4ª reunião da presente sessão, referindo que durante o dia seguinte, sábado dia 1 de dezembro, remeteria aos Senhores Deputados Municipais a indicação da data consensualizada com os representantes dos Grupos Municipais.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal Senhora Inês de Medeiros e dos/as Senhores/as Vereadores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Miguel Salvado, Lina Gonzalez, Joaquim Judas, Rui Jorge Martins, Tiago Galveias e Joana Mortágua.

9 - Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista Senhor Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP – CMA, dos operadores de câmara da Ricochete Filmes e de cerca de 40 Senhores Múncipes.

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____

